

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTORIA  
DISCIPLINA DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE PESQUISA HISTÓRICA  
ALUNO:- CRISTIANO GUSTAVO BIAZZO SIMON

**BELO HORIZONTE:**

**AÇÃO IDEOLÓGICA E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL URBANO**

por Cristiano G. B. Simon

JUNHO – 1985

“Eu nada entendo da questão social.  
Eu faço parte dela, simplesmente.../  
E sei apenas do meu próprio mal. / Que  
Não é bem o mal de toda a gente.”

Mário Quintana (1906),  
A Rua dos Cata-Ventos.

## SUMÁRIO

Apresentação.....	04
Introdução.....	07
Da Época.....	17
Da Cidade.....	27
Os Discursos.....	38
Conclusão.....	63
Bibliografia.....	65

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é uma exigência curricular para a graduação de Bacharel em História pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Foi produzido, durante as atividades da disciplina Desenvolvimento do Projeto de Pesquisa Histórica sob a orientação do professor Carlos Fico, que demonstrou muita disponibilidade, atenção e interesse pelo mesmo. Além da amizade e respeito demonstrados pelo professor orientador, agradecemos-lhe também pelo seu profissionalismo que, ao orientar, nos levou a questionar as menores atitudes relativas à pesquisa, nos exigindo pensar, repensar e optar por caminhos, ao invés de oferecer fórmulas ou receitas.

A idéia de lançar mão de instrumentais da sociologia urbana e trabalhar a questão da mudança, construção e concomitante ocupação do espaço social urbano da nova capital de Minas Gerais emergiu a partir de estudos da disciplina Minas nos séculos XIX e XX. Essa disciplina teve a orientação da professora Andréa Lisly Gonçalves que com sua dedicação e compromisso tornou-a uma das mais interessantes disciplinas do curso que fizemos. Há que ser acrescentado a tudo isso sua participação efetiva neste trabalho, a partir da leitura dos originais, orientando bibliografias, discutindo e criticando nossa produção, onde seu potencial crítico e profundo conhecimento da História de Minas Gerais foi de grande valia.

Como deixar de registrar que a professora Maria Auxiliadora de Carvalho do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais nos recebeu de maneira especial, incentivando-nos muito para a pesquisa por já ter trabalhado o mesmo assunto noutra perspectiva colocou-nos à disposição materiais que foram determinantes para que pudéssemos cumprir a tarefa no tempo previsto.

Em muito nos ajudou a professora Maria do Carmo Viegas que além de fazer a revisão do texto final, nos fez dimensionar a complexidade e enorme importância do trabalho do revisor, tão pouco reconhecida. Sua forma de esclarecer, de propor modificações e até mesmo de corrigir os menores deslizes provenientes de nossas dificuldades se fez

com tanto respeito que muito nos ensinou. Temos certeza, poucas pessoas tiveram a felicidade de encontrar alguém tão interessada, sincera e eficiente para tal tarefa, se comportando muito mais como nossa professora do que como revisora.

Em especial, somos eternamente gratos a todos os nossos professores que não nos privaram durante suas atividades profissionais de negar a simplificação das coisas, propiciando-nos, conseqüentemente, constatar a infinita dimensão das idéias e do conhecimento.

A todos que se interessaram e nos deram força em momentos de que mais precisávamos, acreditando, incentivando, ajudando e principalmente se interessando pelo que pensávamos, profundos agradecimentos, e mais ainda aos que criticaram com sabedoria. À Lúgera, por todos os galhos quebrados na vida e mais este - datilografar este trabalho. A ela, e a todos os outros colegas do ICHS o mesmo sentimento de gratidão.

Por último, o maior agradecimento deve ser feito aos meus alunos, pois, em muitos momentos, se fez necessário colocá-los em segundo plano para que conseguíssemos, tendo em vista nossas limitações, chegar ao final da tarefa. No entanto, temos claro de que esta, como primeira experiência de pesquisa, muito nos fez crescer e quiçá um dia chegaremos à situação ideal de todo professor ser um pesquisador e de todo pesquisador se ressentir de que não deveria deixar de socializar o que aprendeu na pesquisa de alguma, forma e, principalmente, como professor.

Temos certeza de que, se continuássemos a lista de agradecimentos, esta seria tão longa que preferimos agradecer a todos, e muitos, que de forma direta ou indireta colaboraram para esta pequena proposta de pesquisa histórica, salientando, contudo, que o resultado final é da nossa inteira responsabilidade..

Sua relevância se faz a partir do fato de que a proposta de desvelar a ação ideológica, principalmente no tocante à urbanização, além de ser enriquecedora para o caso estudado em si, pode ser utilizada em situações históricas similares.

Somos os primeiros a ter as mais severas críticas ao resultado dessa pesquisa. Temos plena consciência das limitações da mesma e certeza de que, se não se tratasse de uma exigência curricular, Duplicando ínfimo espaço de tempo para fazê-la, poderíamos ter dado a dimensão de que o assunto é merecedor.

Ouro Preto, junho de 1985.

## INTRODUÇÃO

Pretendemos neste trabalho, inicialmente, uma discussão da conjuntura em que foi empreendida a mudança de Ouro Preto para Belo Horizonte, e instalação da nova capital de Minas Gerais, na última década do século XIX, através da bibliografia existente.

Tal levantamento servirá de suporte para que possamos, em seguida, passar à análise de conteúdos ideológicos específicos, levantados através da utilização da hermenêutica —

submetendo à análise fragmentos do cotidiano que expressem as contradições sociais em dois níveis: o da ação ideológica de âmbito institucionalizado e os expressos pelas idéias críticas que dizem respeito ao processo histórico que por ora nos ocupamos.

A proposta que esboçamos através dessa experiência vem no sentido de levantamento da história social, consideramos esta como síntese — por trazer em seu bojo análises de uma história da civilização material e de uma história da mentalidade coletiva. Georges Duby foi quem propôs tal caminho, em aula inaugural no Collège de France — para o qual esboça três princípios metodológicos que resumimos a seguir.

O primeiro diz respeito ao fato de que “o homem em sociedade constitui o objeto final da pesquisa histórica (...)” O segundo princípio metodológico (...) consiste em “dedicar-se a descobrir no seio de uma globalidade as articulações verdadeiras.” (Cardoso, 1979:351).

Para esboçar o terceiro princípio, Ciro Cardoso lança mão de uma assertiva produzida por Fernand Braudel no sentido de que “(...) a pesquisa das articulações evidencia, desde

o início, que cada força atuante, embora dependa do movimento de todas as demais, tem a animá-la, no entanto, um impulso que lhe é peculiar. Ainda que não estejam do modo algum justapostas, mas intimamente vinculadas em um sistema de indissociável coerência, cada uma se desenvolve no interior de uma duração relativamente autônoma, esta última esta animada, além disto nos distintos níveis de temporalidade, por uma efervescência do acontecimento, por amplos movimentos de conjuntura e por ondulações ainda mais profundas, caracterizadas por ritmos muito mais lentos” (Fernand Braudel, “La larga duración” en *La historia e Las ciencias sociales*, Madrid, Alianza Editorial, 1970, pp. 60-100, citado por Cardoso, 1979: 351-352).

Vemos que através de uma proposta que recorra ao co-tidiano, de onde coletaremos o material necessário à pesquisa em dois tipos de documentação discriminados a partir de dois lugares sociais determinados, temos uma visão geral das ideias que norteiam o processo histórico.

Esses lugares são o institucional (representado pela legislação e outros tipos de documentação produzida no âmbito do aparelho estatal) e os que expressam ideias críticas, nos seus variados níveis de criticidade, com relação ao processo histórico estudado como um todo, ou às partes que o compõem, especificamente.

O que chamamos de ideias críticas deve ser entendido como ideias oriundas das manifestações da classe trabalhadora — através de seus representantes na imprensa — ou de elementos da classe dominante, que, por sua vez, possuem vários canais que exprimem suas ideias; o lugar social de onde provêm tais críticas se torna interessante para nós ao nível de esclarecimento para a análise. Contudo, qualquer manifestação, independente de suas origens sociais e interesses diversos, que permita desvelar o discurso ideológico que permeia o empreendimento, nas bases em que se processou, e de grande valia o que pretendemos.

A análise se processará a partir de fragmentos de documentação contemporânea e se fundamenta para comprovação das assertivas generalizantes que certamente emergirão através de um método analítico. Este se baseia na leitura de material histórico, portanto na utilização da hermenêutica, para, através da análise de "flagrantes-fragmentos" do cotidiano, consequentemente, relacionar e comprovar algumas das hipóteses que explicitaremos posteriormente.

Certos estamos de que são comuns as dificuldades de cunho metodológico, e até do ponto de vista do material histórico a ser trabalhado — tendo em vista a escassez de fontes, oriunda da ausência de hábito de se preservar a memória dos dominados em nossa sociedade.

Necessário se torna, ainda, esclarecermos de antemão várias questões teóricas que nortearão a proposta. Começemos por delimitar as arestas de entendimento do



termo ideologia — empregado no sentido de fenômeno particular à classe dominante em uma determinada formação econômico-social, com o intuito de mascarar a luta de classes e, por conseguinte, os interesses dessa, que norteiam, condicionam e permeiam suas atitudes no processo histórico, no sentido de manutenção da sua hegemonia,

Emerge dessa discussão outro esclarecimento: temos como pressuposto para a definição de classes sociais a sua vinculação ao processo produtivo, especialmente o seu lugar ocupado no conjunto das relações sociais de produção — definido na sociedade capitalista por relações de propriedade e à luz da divisão social do trabalho.

Fato comum a grande parte da bibliografia que trata a primeira república recebe críticas de Marilena Chauí (1978) por processar a análise histórica a partir das "ausências", caracterizadas especialmente no tocante à tímida industrialização e, em consequência disso, a dificuldade de caracterizar as classes sociais em função da "quase indefinição" dos grupos com relação à sua vinculação ao processo produtivo.

Salta aos nossos olhos a forma como se processou a inserção do capitalismo em nossa sociedade, baseada no pacto entre oligarquias agrárias e burguesia emergente para se contrapor aos interesses da classe operária em formação. Nesse particular, partilhamos das idéias de Marilena Chauí no sentido que é necessário que a análise se processe a partir do evidenciado pela vivência histórica e, ainda, que se busque caracterizar as classes sociais a partir de seu vínculo direto ao processo produtivo — não se preocupando apenas com suas "deficiências" no tocante à definição de seus interesses históricos concretos.

Retomando a discussão do entendimento de ideologia, temos que nos remeter a Adam Schaff (1978:175-176) que, de conformidade com o espírito e as elaborações do marxismo, formulou definições acerca de ideologia. Considera esta genética quando as opiniões formam-se sob a influência dos interesses de uma classe social determinada: funcional quando as opiniões servem para a defesa dos interesses de classe determinados e, por último, genético-funcional — "entendo por ideologia" pontos de vista baseados num sistema de valores e

relativos aos problemas colocados pelo objetivo desejado do desenvolvimento social; pontos de vista que determinam a atitude dos homens, ou seja, a sua disposição para adotar certos comportamentos em situações determinadas, bem como seu comportamento efetivo nas questões sociais".

Ao detectarmos que a dominação não se processa no interior da luta de classes apenas através da força e de outras vertentes do institucional, percebemos que a ação ideológica da classe dominante opera nos mais variados momentos da interação social dos indivíduos.

De conformidade, por ora, com várias interpretações feitas por Marilena Chauí (1980:101 e seg.) em seu trabalho acerca de ideologia, gostaríamos de evidenciar as principais determinações do fenômeno ideológico, explicitadas pela autora.

Considera Chauí que “o papel específico da ideologia como instrumento da luta de classes é impedir que a dominação seja percebida em sua realidade concreta. (...) Ou seja, a ideologia esconde que nasceu da luta de classes para servir a uma classe na dominação”.

Uma das formas que a classe dominante utiliza para empreender tal tarefa se baseia no fato de que deve transformar as idéias particulares da classe dominante em idéias universais, válidas igualmente para toda a sociedade.

Interessa-nos complementar ainda que a ideologia não é um simples “reflexo invertido” da realidade na consciência dos homens, e acrescenta a autora (1980:106) que “se assim o fosse, a relação entre o mundo e a consciência não seria dialética (i.e, contraditória ou de negação interna), mas seria mecânica ou de causa e efeito”.

Esclarece Chauí (1980:113) que “a ideologia é um conjunto lógico sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta.) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e

como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer”.

Consideramos, a partir do exposto, que a ideologia se constitui num elemento essencial a dominação por ser responsável pela construção de um universo lógico e articulado, capaz de condicionar os homens à reprodução da sociedade nos moldes dos interesses da classe dominante — se ocupa, então, da peculiar tarefa de separar as idéias dominantes e os interesses da classe dominante, sem que os responsáveis pela reprodução de que falamos se dêem conta de tal fato.

Já tratamos anteriormente do marco cronológico deste trabalho. Esclarecemos que o processo de mudança e definição do local, assim como da construção da nova capital, se deu na última década do século XIX. Esclarecemos, ainda, que a busca de elementos para a análise trouxe à baila todo o cenário político-econômico da sociedade mineira e brasileira no final do século XIX e início do atual, perpassando o período que se convencionou denominar "Republica Velha".

Certos estamos, entretanto, de que se a periodização em dado momento se constitui em marco necessário para a proposta de pesquisa, num momento posterior não deve ser encarada como fronteira intransponível — principalmente porque em certos tipos de interpretação, como a que por ora nos prende, a análise do material coletado pode caracterizar melhor o período, propondo novos e mais esclarecedores cortes temporais. Outro problema subjacente à cronologia do trabalho está centrado na necessidade de recorrermos, em alguns momentos, para esclarecimentos das idéias expostas, à história de Minas Gerais, anterior e posterior ao período que se tornou centro das nossas atenções.

A partir da bibliografia trabalhada, temos claro que a mudança da capital se insere no bojo das mudanças ocorridas na economia e sociedade mineira com a produção de café, que, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, passa a representar novamente a inserção dessa economia no mercado exportador.

Temos, ao nível dos estudos sobre urbanização, duas concepções fundamentais que se

defrontam — uma considera a cidade como elemento constitutivo da realidade social, podendo ser chamada de histórico-estrutural e que adotamos para esta análise. Tem-se claro, assim, que descartamos a segunda que tem por característica considerar a cidade como variável independente, autônoma, com um conteúdo propriamente, senão exclusivamente urbano.

Paul Singer (1973:13) produziu uma assertiva que já se tornou clássica, onde explicita que "a origem da cidade se confunde, portanto, com a origem da sociedade de classes, a qual, no entanto, a precede historicamente."

Dentro da mesma perspectiva, há que se lembrar que as cidades só se tornam historicamente viáveis a partir da produção de um excedente alimentar, apropriado por uma classe, numa relação de exploração/dominação que assegure a transferência do excedente do campo à cidade, como mercadoria.

No entanto, a caracterização exposta acima foi se diluindo a ponto de a ideologia dominante fazer desses dois aspectos da realidade social elementos paralelos, apenas distintos culturalmente — esvaziando, assim, seu conteúdo de poder econômico, político o ideológico, determinante na formação do espaço.

Partilhamos, ainda, das idéias de Michael Le Ven (1977:6) ao considerar que “quando um grupo social dominante decide a reformulação do espaço físico-social, o faz não pela força da idéia mas em consequência e em vista de modificações econômicas, sociais e políticas impostas por uma nova divisão social do trabalho. São necessidades e estruturas sociais que provocam modificações físicas, e não o contrário”.

Necessário se torna fazer menção ao fato de que a mudança da capital se insere, também, no conjunto das modificações político-econômico-sociais ocorridas durante a República Velha, período em que o Estado ocupa papel preponderante na implantação do capitalismo brasileiro.

Dessa forma, tópicos atinentes ao período se farão presentes no sentido de que a criação de uma nova capital de Minas Gerais se insere no processo de transformação social do país

fazendo emergir situações históricas das mais relevantes como a implantação do capitalismo através da substituição do trabalho compulsório pelo assalariado, implantação de padrões capitalistas nas unidades de produção agrícola, criação de indústrias e desenvolvimento urbano.

Mais específico, ainda, é o panorama da nova ordem política, em que a descentralização do Poder fortalece grupos oligárquicos hegemônicos — caracterizada no fato de a resolução final da "mudança" se inserir no artigo 13 das disposições transitórias da Constituição Estadual.

Outra vertente, condicionadora da nossa proposta, diz respeito à forma como caracterizamos a urbanização nas sociedades dependentes. Orientados por Paul Singer (1973) temos que, nesse caso, a urbanização se faz pela ação consciente do Estado que empreende tal atividade e não pela conquista do espaço pelos diversos grupos sociais, em conjunto. Situação esta peculiar ao processo de urbanização do ocidente europeu.

Michaë Le Ven (1977:1) coloca o “espaço urbano como campo e produto do conflito de classes controlado pelo Estado”. Paul Singer (1977:215) atenta para o fato de que “a tentativa de criar um centro que fizesse convergir às diferentes partes do

Estado com relação à unidade econômica devia parecer lógica mediante a mudança da Capital — no entanto, alerta para o fato de que “no fundo era uma ilusão, embora frequente e compreensível, a de tomar efeito por causa e supor que, criado o centro urbano, a economia da província naturalmente convergiria para ele e, deste modo, transformasse a Capital política também em Capital econômica”.

A partir do explicitado acima, temos claro, ainda, que a transformação de centro político em econômico, também, se fez timidamente (tendo como referencial o

esperado para o empreendimento, e não em comparação a industrialização brasileira como um todo). A classe dominante necessitou, para tal transformação, empreender ação ideológica no sentido de tornar viável sua proposta. Isso se agrava a partir do fato exposto por Michael Le Ven (1977:39) de, no caso Belo Horizonte, o Estado em relação a propriedade, organização e ocupação do solo urbano, em vista do construir o espaço social urbano, se comportar como dono da terra e do capital.

Continua por esclarecer que o mesmo “organiza a terra urbana de uma maneira

patrimonialista mas ao mesmo tempo iniciando um mercado da terra capitalista: expropriando e reapropriando abaixo custo a terra urbana; cedendo, doando, indenizando conforme decisão própria e interesse dos grupos no Poder; vendendo lotes e inaugurando o mercado da terra.”

Caracteriza o mesmo autor, ainda, que esse Estado constrói a cidade e seus edifícios e, em seguida, ocupa a mesma como gerente-empresário, proprietário do espaço; organiza esse espaço a partir dos interesses da classe dominante, estratificando-o e o faz ao excluir da Cidade Oficial e Legal, através da legislação, os operários e os ex-ocupantes. No tocante à ordem pública e ao exercício do Poder, delega poderes absolutos e discricionários tanto ao engenheiro-chefe como ao chefe da polícia. (Le Ven, 1977:59).

Com base em tudo o que levantamos anteriormente, nos resta a hipótese de que é necessário a tal empreendimento uma base ideológica bastante sólida. Elaboramos este no intuito de levantar esse conteúdo ideológico a partir de flagrantes do cotidiano e tentar reconstituir o conjunto do arcabouço ideológico que, temos certeza, permeou, condicionou e propiciou à classe dominante, através do Estado, efetivar a construção da Nova Capital, nos moldes em que se efetuou.

Para nós, é evidente que, ao nível de dados técnicos acerca do planejamento e construção, assim como do discurso oficial, a presente proposta em quase nada é inédita, por terem sido exaustivamente trabalhados por outros estudos anteriores, os quais utilizamos

largamente. Contudo, além da leitura do processo histórico, este se fará inovador no tocante ao levantamento das idéias críticas, coletadas da forma já mencionada anteriormente, demonstrando, assim a maneira como os contemporâneos vêem o empreendimento de que tratamos, assim como a forma como participam da construção da cidade e, concomitantemente, da sua ocupação.

Assim, o trabalho constará, inicialmente, de breve levantamento de aspectos econômicos e políticos relativos à sociedade brasileira e mineira no período. Em seguida, será feito um histórico da cidade, com base na bibliografia consultada, seguida da análise de conteúdos ideológicos e idéias críticas e, por fim, a conclusão.

## DA ÉPOCA

É constante, e se faz presente em boa parte da história, considerar que houve a partir da decadência da extração aurífera a presença da agricultura de subsistência em Minas — até que a mão de obra fosse absorvida pela agro-exportação cafeeira.

No entanto, nesse particular achamos que Paul Singer (1977:202) conseguiu esclarecer de maneira singular a questão., ao declarar que tal fato se deve a pouca importância que comumente se dá a atividades que não se vinculam diretamente a exportação.

Mas, ainda assim, Singer esclarece a questão acrescentando que, ao lado da atividade no

setor do mercado externo (mineração), se desenvolveu um amplo setor de subsistência. (a lavoura e pecuária) e isso não só após a decadência da extração aurífera, mas, também, no seu apogeu e, em parte, condicionado a ele.

Dado esclarecedor, ainda, para compor o cenário do século XIX mineiro é o expressivo plantel escravo no período, sendo mais notável ainda seu crescimento. Em 1819 e 1873 passa de 170 mil no primeiro período para 500 mil, no segundo.

Os dados acima são fornecidos por Roberto Borges Martins que, contra a visão corrente da historiografia, coloca que o plantel escravo de Minas na primeira metade do século XIX não possuía vínculo genético com a mineração e o setor agro-exportador; que o nível de manumissão foi extremamente baixo na região mineradora - fato estranho em contexto que tal mão de obra parece redundante, a princípio. E ainda que, mesmo a partir de 1860, a utilização desses é ínfima com relação ao total da província, na cafeicultura.

Para tornar mais esclarecedor, recorreremos a dados fornecidos, ainda, por Roberto Martins, nos colocando que, em 1782, o número de escravos utilizados em todo tipo de mineração é de 1274, representando 0,72% do total dessa força de trabalho na província. No tocante ao período de 1871-75 são utilizados 16.428 (4,3% do total) na produção cafeeira.

O quadro descrito acima, segundo o mesmo autor, leva a duas constatações básicas - de que os escravos encontravam-se em atividades agrícolas consideradas de subsistência e de que a importação dos mesmos, no período, foi intensa.

Portanto, não procede considerar Minas como fornecedor de mão de obra para o café, inclusive para a região produtora da própria província, por não se encontrar comprovação. Alguns fatos colaboram para contrariar essa perspectiva: o alto preço atingido pelo escravo na região; as importações que se faziam diretamente da África para o centro-sul; os dados relacionados ao tráfico inter-provincial acusarem apenas leve superioridade das exportações em relação a outros estados; apenas 6 dos 34 municípios que recebiam escravos na zona da Mata eram produtores de café; a taxa de manumissão ser tão baixa quanto as menores do centro-sul e, ainda, o fato de que boa parte dos escravos acompanhavam seus senhores em migração para as regiões



cafeiras.

Dessa forma, a economia mineira do século XIX se ocupa da produção para o autoconsumo e abastecimento de mercados locais. As unidades produtivas apresentariam diversificação de sua estrutura, além da alimentação, a produção têxtil e siderúrgica em escala familiar e para os mercados locais, empregando considerável número de escravos.

Minas, com relação à exportação para outras províncias, apresentaria um caráter residual — à exceção das duas primeiras décadas, quando sua produção de tecidos representaria o dobro da produção total das demais províncias. Quanto às importações, essas também teriam decaído muito desde o final do século XVIII, limitando-se a produtos essenciais e europeus finos.

Em face do quadro apresentado por Roberto Martins, teríamos, segundo o mesmo, que o apego da Província de Minas à mão-de-obra escrava se situa na questão da fronteira aberta que caracteriza a impossibilidade de controle sobre o acesso à terra e, por outro lado, consequentemente, na não sujeição ao trabalho manual assalariado. Tal quadro, ainda, faz com que chamemos a atenção para o fato de a economia mineira se constituir em escravista e voltada para o mercado interno — condição “sui generis” em relação às outras economias escravistas na América Latina.

Segundo Singer (1977:209) “o que vai propiciar o resurgimento do Setor do Mercado Externo, em Minas, é a cafeicultura que, ao avançar ao longo do Paraíba, acaba por invadir o território mineiro limítrofe. As exportações mineiras, no início insignificantes (9.739 arrobas em 1818/19 ; 163.000 arrobas em 1834/35; 263.980 arrobas em 1842/43) passam a representar volumes crescentes e cifras cada vez maiores, a partir de 1850, principalmente. Neste ano Minas exporta 405.896 arrobas, ou seja, cerca de 100.000 sacas que representam 7% da exportação brasileira”.

Dessa forma, “passa o café a incrementar o valor total das exportações mineiras, as quais atingiam em 1849/50, o valor de 3.017 contos (dos quais o café não representava mais que 27%). Já 10 anos depois, o valor da

exportação chega a 7.030 contos, para os quais o café contribui com 59%. Daí em diante o predomínio do café na pauta de exportação de Minas é absoluto. Em 1869/70, Minas exporta mercadorias no valor de 12.345 contos, dos quais o café representa 56% e, em 1879/80, o total exportado por Minas chega a 21.727 contos, 75% dos quais representado pelo café.” (Singer, 1977:219).

Mesmo que o quadro descrito acima pareça alentador, torna-se necessário que analisemos outros dados acerca da cafeicultura mineira, para o qual nos utilizaremos largamente do trabalho de João Hera]do Lima (1981:18-19). Este assinala que “o investimento líquido na

cafeicultura mineira, portanto, se via obstaculizado; de um lado pela impossibilidade de expansão da fronteira e, de outro, pelas estruturas bases de apropriação do excedente (...)”.

Segundo o mesmo autor, a dinâmica de acumulação cafeeira envolve dois tipos de inversão —o investimento de reposição (envelhecimento das árvores e exaustão do solo) e o investimento líquido da expansão do estoque. Tal- situação é crucial se pensarmos no relevo excessivamente acidentado da zona da Mata mineira e que a expansão de sua fronteira se esbarraria, de um lado, com a aridez do solo das Minas e, de outro lado, com o sul mineiro, o que não se justifica, dado a sua proximidade com o oeste paulista.

Nota-se , ainda, segundo o autor, baixo nível de produtividade física e econômica devido às condições topográficas, à exígua tecnificação, à utilização do trabalho escravo e ao reduzido tamanho das propriedades; transição débil do trabalho compulsório para o assalariado, predominando as arcaicas formas de parceria. Outro dado, diz respeito a dominação do capital comercial que extraía de Minas parte importante de seu excedente, compulsoriamente transferido para o Rio de Janeiro.

“Por tudo isso, foi precário o desenvolvimento de relações capitalistas de produção. Baixa rentabilidade e perda de seu excedente não permitiram que os segmentos urbanos (comércio, finanças, transporte, indústria, vida urbana,

etc ) do complexo tivessem expansão satisfatória” (Lima, 1981:101).

Necessário se torna explicitar, ainda, que a cafeicultura do sul de Minas e do Triângulo se liga totalmente ao surto do oeste paulista, fato que é corroborado pela sua ligação ao sistema ferroviário do mesmo Estado, para escoamento da produção.

Roberto Martins e João Heraldo Lima chegam à conclusão, em vista do já exposto, que a cafeicultura teria se constituído em uma economia de enclave para o Estado. Paul Singer 1977:213) acrescenta que “as transformações na economia mineira, decorrentes

do ressurgimento, no século XIX, de um forte Setor de Mercado Externo, em seu território, acentuam as forças centrífugas e reforçam o dilaceramento da província, que se divide cada vez mais profundamente em regiões autônomas, estanques entre si, e que se entrosam com economias circunvizinhas, agrupadas ao redor de pólos de crescimento exteriores a Minas Gerais.”

Fizemos referência a esse número de dados e informações econômicas, mesmo em uma proposta de história social, por achar que os mesmos em muito contribuirão para deixar claro o contexto que permitiu a criação e definição do espaço - que, em última instância, se faz necessário a partir de modificações na divisão social do trabalho.

Já fizemos referência anteriormente ao fato de que a primeira exigência na definição do local diz respeito a que o mesmo viesse a representar um centro dos interesses criados e a criar. Estamos cientes de que tal exigência não se coloca como determinante no processo de definição, mas sim, as forças políticas em confronto. No entanto, esses interesses servem para estampar a necessidade de um centro para onde convergissem a dilacerada economia da província.

A sociedade mineira e brasileira se encontra, nesse momento, em um processo de modificações profundas traduzidas na transição da utilização do trabalho

compulsório para o assalariado, no advento da república e mais expressivo, ainda, para o contexto é a adoção do regime federativo.

A descentralização permite as unidades da federação uma maior autonomia, no tocante à definição de seus diversos interesses. No entanto, “indiretamente, favorecia a tendência conservadora das oligarquias agrárias, especialmente a do café, que se opunha a conferir ao republicanismo um sentido de maior abertura política popular. A partir desta perspectiva, temiam-se as mudanças sociais nas relações de trabalho no campo e olhava-se com desconfiança a possibilidade de uma burguesia industrial realmente atuante. Esta última, favorecida embora pela queda da Monarquia, tinha consciência de que o seu poder era suficientemente conjuntural para desafiar os produtores agrários diretamente articulados aos centros capitalistas mundiais.”(Albuquerque, 1981:517-18).

Segundo o mesmo autor citado acima, essa autonomia se diversificava nas constituições estaduais, onde as prerrogativas dos governadores não eram uniformes. No entanto, garantiam o direito de propriedade sobre as terras devolutas; autonomia de práticas judiciárias estaduais e suas relações com a respectiva representação judiciária federal. Menos clara se faz a Constituição, entretanto, ao tratar das atribuições municipais que, na prática, o que acarretou às mesmas foi a sujeição ao arbítrio dos chefes oligárquicos locais.

“A constituição de 1891, embora formalmente democrática, assegurava a permanência das práticas autoritárias que haviam sido tradicionais no exercício da autoridade pública e do poder político no Brasil. A marginalização da maioria da população era a principal garantia da permanência do bloco de classes hegemônico, apenas modificada por reajustes políticos que não alteravam substancialmente a estrutura oligárquica da chamada Primeira República”. (Albuquerque, 1981:522).

Dessa forma, fica claro que a implantação da República não pressupôs mudança significativa nas relações de dependência da estrutura econômica brasileira com o capitalismo internacional.

Faz-se necessário mencionar, ainda, a forma pela qual se reorganizou a divisão de poder entre os segmentos da classe dominante no período — a Política dos Governadores — formulação proposta como ideologia e prática por Campos Sales.

A reorganização se deu pelo poder de pressão, distribuído desigualmente na dominância dos grandes Estados (São Paulo e Minas Gerais). O período 1898-1922 se caracterizou pela imposição dos interesses das oligarquias regionais ao governo federal pela prática de ajustes políticos com os governadores estaduais — representantes de várias facções dominantes. “Nesta etapa, a hegemonia das áreas produtoras de café domina e controla os sistemas econômico e político (...)”. (Albuquerque, 1981:513).

Amilcar Vianna Martins Filho (1981) caracteriza o quadro para Minas Gerais, colocando-a na condição de cliente do governo federal à cata de verbas, obras públicas e, sobretudo, nomeações e empregos federais— política que se sustenta pelo grande contingente eleitoral e pela fácil mobilização popular em apoio às respectivas Forças Públicas. S. Paulo defende seus interesses econômicos — o café.

O mesmo autor considera a ascensão de Minas no cenário político federal formalizada através da união com os paulistas, proporcionada, de um lado pela dependência da unificação de suas oligarquias face a crise de superprodução cafeeira (1896) — e, de outro, pela unificação das correntes políticas efetivada pelo novo PRM, aliada ao peso de sua população, eleitorado e significativa bancada federal.

A questão relativa ao republicanismo é explicitada dessa forma: “em S. Paulo, o republicanismo constitui o instrumento de afirmação e expressão política da burguesia em expansão; em Minas, foi muito mais um "movimento de ideias", assumido por intelectuais com poucos vínculos, se tinha algum, com a estrutura econômica dominante, claramente composta de

unidades produtivas organiza -das de modo colonial, não capitalista”. (Silva, 1982:147-48).

Mais elucidativo ainda é o fato de o PRM se organizar nas condições acima mas só passar a ser representativo do ponto de vista de uma política direcionada pelos interesses das oligarquias, a partir de um novo arranjo, em 1897. Outro dado importante diz respeito ao fato de que, inicialmente, o PRM se constituiu mais de adesistas que de republicanos históricos, representados pela liderança da zona Metalúrgica.<sup>1</sup>

Vera Alice Cardoso Silva assinala que a representação da zona metalúrgica sempre foi a maior dentro da bancada mineira, seguida, respectivamente, pela Mata e Sul. Acha importante que se tenha em mente que a expansão da presença política da zona Metalúrgica não correspondeu, até 1930, ao maior dinamismo de sua economia, sendo que o desenvolvimento da atividade siderúrgica e da própria mineração se evidenciou mais a partir de meados da década de 20.,

A mesma autora que se preocupa, especificamente, em analisar o significado da participação dos mineiros na política nacional esclarece que “a orientação da política

estadual para o clientelismo e a dependência diante do governo federal radica-se na própria fragilidade de uma estrutura econômica de tipo colonial, que não teve os estímulos próprios, no tempo devido, para transformar-se, segundo o padrão capitalista que passou a orientar o rumo da política econômica nacional. No entanto (...), a organização político-partidária necessitada, dentro do Estado, para sustentar uma aliança política nacional — cujo objetivo máximo era controlar as condições políticas de expansão do capitalismo brasileiro (ou paulista, mais estritamente) — contribuiu para fechar, progressivamente, as possibilidades de promover-se a diversificação da economia estadual, pela modificação de sua estrutura de produção.” (Silva, 1982:161).

Contudo, John Wirth (1975:86-87) esclarece que “advogados e profissionais liberais

<sup>1</sup> Para melhores esclarecimentos sobre o assunto, consultar Maria Efigênia Lage de Resende – Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906).

dominavam o PRM, como tinham dominado os velhos partidos imperiais, mas estavam bem integrados numa sociedade esmagadoramente agrária.” E ainda, que muitos acumulavam as funções de advogado, chefia do partido, fazendeiro e pequenos industriais.

A situação caracterizada anteriormente acerca da elite político-econômica nos remete ao fato de que tal grupo, certamente, estará, ao nível de seu discurso ideológico, totalmente vinculado ao que é predominante na formação social brasileira, no período.

O que certamente norteia o discurso está centrado, segundo Manoel Maurício de Albuquerque (1981), na predominância de princípios positivistas que, segundo o mesmo, respondiam satisfatoriamente aos setores emergentes mais representativos da nova conjuntura, a burguesia e a pequena burguesia. A partir do discurso positivista, a humanidade deveria passar por três estados (teológico, metafísico e positivo), sendo o último caracterizado pelo desenvolvimento científico e industrial. Estava aberto o caminho para uma reformulação social brasileira.

Segundo o mesmo autor (1981:436) "a subordinação ao modelo das sociedades capitalistas da Europa Ocidental, então em plena expansão econômica, financeira, político-militar e cultural, acrescentava-se o prestígio de que então se revestia as importações doutrinárias do que era produzido pelos ideólogos franceses".

Reveste-se a ideologia de um conteúdo que omite a luta de classes compensando-a “pela promessa de um fraternalismo que decorreria da racionalização social realizada sob a dominância dos sábios e dos industriais”. (Albuquerque, 1981:436-37).

No contato com a imprensa da época, assim como, com a documentação oficial produzida nas suas múltiplas formas - podemos, adiantar que, certamente, esses dados são de alta valia para tornar mais claras as idéias que estiveram presentes no período da mudança e construção da nova capital de Minas Gerais.

Por fim, esclarecemos que a preocupação com dados econômicos com vista a

estudos de urbanização e, especialmente, campo de interesse da sociologia urbana. Por isso, no tocante a questão da formação espacial, recorreremos à mesma. Nesse sentido, se faz necessário, também, adiantar que no caso específico de Belo Horizonte a discussão se torna mais interessante por se fazer a partir de planejamento cercado de toda a ideologia que lhe é peculiar.

## DA CIDADE

Segundo Michael Le Ven (1981:19) a decisão política, no defrontamento de forças econômicas e sociais, apresenta conteúdo a três níveis, a saber: a decisão de mudança de capital; a decisão sobre a escolha do local da nova capital e, por último — a própria forma da nova cidade.



Se passássemos, num primeiro momento, a descrever todas as ocasiões em que se discutiu a necessidade da capital, teríamos que nos reportar aos conjurados, pois, seus projetos já ventilavam tal mudança para S. João dei Rei. No entanto, consideramos que os diversos trabalhos que se fizeram acerca do assunto, já trataram suficientemente a questão.

Consideramos, por outro lado, que será mais interessante continuarmos tendo como referencial o que já se colocou acerca da conjuntura da época em que a proposta de mudança se tornou viável historicamente.

Tal fato acontece realmente quando da elaboração da Constituição Estadual, em 1981, mais exatamente no artigo 13 das disposições transitórias que resolvia definitivamente mudar a capital “para um local que, oferecendo as precisa condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade.”

Mas, reportemo-nos a 1890, ano em que o governador interino Domingos Rocha incumbiu o engenheiro Ferreira Pena de investigar diversos locais para a construção da Nova Capital do Estado, o relatório do mesmo deixa transparecer a motivação mais expressiva, ao que nos parece, da medida. Diz o prefeito que “tratou-se como primeira condição a atender-se da condição da Nova Capital em ponto mais central que o atual, não tanto no sentido geométrico do termo que, a meu ver, não tem grande importância, mas sim em relação a maior facilidade de comunicação com os diferentes centros de interesses criados e a criar, de modo que a resultante oferecesse a maior soma possível de vantagens aos interesses agrícolas, industriais e políticos do Estado de Minas, considerados em seu conjunto.” (Abílio Barreto, v.1, p.257 e 254, citado por Singer, 1977:216).

A mesma preocupação demonstrada acima, pode ser atribuída, segundo Maria Efigênia Lage de Resende- (1974), à motivação determinante para o apoio dado por Affonso Penna em favor de Belo Horizonte: “Evitar que a capital fosse colocada em zona estrategicamente

favorável a Mata e ao Sul, para evitar o agravamento do desequilíbrio econômico, numa fase em que o separatismo, originado desse mesmo desequilíbrio ameaçava constantemente a unidade política do Estado.” (Resende, 1974:618).

No entanto, indaga a autora se, apesar de vencer Belo Horizonte sobre a Várzea do Marçal por dois votos - os congressistas estariam mesmo convencidos da superioridade de Belo Horizonte. Esclarece, em seguida, que os resultados da votação revelaram que quem votou a favor foi o Centro, o Norte e alguns representantes da Zona dos Campos. Nota-se então que na vitória de Belo Horizonte, o grupo "anti-mudancista" (antigos políticos do Centro-Zona Metalúrgica) teve papel decisivo: na iminência da vitória da Várzea, resolveram resistir dentro da lei, como disseram.

“No final, formou-se uma maioria favorável a Belo Horizonte, segundo diziam, graças aos congressistas partidários de Ouro Preto, que, opondo-se à mudança, votaram por Belo Horizonte, acreditando ser impossível, no prazo de quatro anos, conforme estipulava a lei, realizar-se a mudança da capital para um arraial tão pobre e sem estrada de ferro.” (Nícia Vilela Luz. "Belo Horizonte", in: Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº 4, maio 1944. Citado por Singer, 1977:218).

Consideramos, entretanto, que os regionalismos se tornam para a análise, menos relevantes, que as próprias condições da sociedade e economia, estando, como levantada por Afonso Arinos de Melo Franco e retomado por Maria Efigênia Lage de Resende (1974:61)1), totalmente, vinculada à emergência de novas forças econômicas no Estado que desencadeiam luta pela obtenção do Poder Político correspondente a sua expressão econômica.

O certo é que a definição do local causou tão acirrada disputa entre as várias regiões, preocupadas, cada uma em tirar maior proveito econômico da nova situação que necessário se fez nomear comissão para efetuar estudos nos seguintes locais: Belo Horizonte, Paraíba, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora.

Em 16/16/1893, o engenheiro Aarão Reis apresentou relatório concluindo o

seguinte:

Barbacena e Paraúna foram rejeitadas por deficientes condições topográficas e higiênicas; Juiz de Fora, também, devido à sua localização; aquém Mantiqueira e afastada, assim do centro territorial do Estado, além de sua inconveniente proximidade da capital federal. Quanto à Varzea do Marçal e Belo Horizonte, ambas foram consideradas favoráveis, a primeira, um subúrbio ainda não habitado de S. João dei Rei, de onde dista 4 Km - sendo o segundo uma espécie de subúrbio de Sabará, distando da mesma 18 Km. (Singer, 1977:217).

Vera Alice Cardoso da Silva (1982:158,59-60) diz que a escolha do local pode ser considerada como meia vitória de todos os interessados, sendo essencial à decisão, a presença de políticos do Centro.

Em 14/02/1894, o decreto 680 cria a Comissão Construtora e regulamenta os serviços a serem por ela realizados.

A planta foi organizada em 3 setores distintos, uma área urbana central perfazendo 8.815.383 m<sup>2</sup>, com quarteirões de 120 x 120m, com ruas largas que se cruzam em ângulos retos e avenidas que as cortam em ângulos de 45°. Este setor é "pro tegido" da área suburbana pela Avenida do Contorno, ocupando 24 . 930 . 850 m<sup>2</sup> de quarteirões irregulares, ruas traçadas de acordo com a topografia o com apenas 14m de largura, assim, formando vários bairros. Por último, os dois setores de que falamos anteriormente são envolvidos por uma terceira zona, de 14474.619m<sup>2</sup>. (LeVen, 1977:26).

Lo Ven chama atenção, ainda, não sôo para o caráter extremamente rigoroso da organização prevista do espaço, mas na explícita intenção de dirigir o crescimento da cidade do centro para a periferia. Entretanto, o que mais salta aos olhos, é a extratificação física da mesma — analisando-se as altas exigências da zona urbana, em função protetora de uma avenida de contorno.

Bem, mas há outras questões a serem resolvidas pela comissão, o terreno não é aberto a

uma intervenção simplesmente, ali existia um arraial que mereceu o seguinte comentário de Abílio Barreto:”O nascente Curral deli Rei, como, um dos mais providos celeiros de cereais

que abasteciam as grandes minerações da Zona do Rio das Velhas, prosperava naquele que foi, incontestavelmente , um dos períodos mais notáveis da história antiga de nosso Estado.”  
(citado por Singer, 1977:205).

Foram demolidos, do antigo arraial todos os prédios que dificultavam a locação de eixos e a preparação dos leitos das ruas e avenidas. Em 1896, foi determinado que a antiga população se transferisse, no prazo máximo de uim ano, já que seriam demolidas todas as casas, cafuas e barracões.

Diz-se, segundo Le Ven (1977:28),que tem-se em mira ao planejar a referência de Washington, feito pelo major L`Enfant. E ainda, a explícita influência estrangeira na construção de praças e dos palácios ao estilo da “Belle Epoque”.

O prazo estipulado para a mudança da capital era de quatro anos — realmente cumprido tendo sido inaugurada em dezembro de 1897.

Segundo Singer (1977:220), o loteamento da parte urbana, que supunha 30.000 homens, foi assim planejado: “a área destinada a edificações particulares foi dividida em

3.639 lotes (...), dos quais 417 eram reservados e só podiam ser vendidos ao fim de 10 anos, 353 pertenciam aos funcionários públicos (a serem sorteados), 597 haviam sido doados, por lei, aos proprietários de prédios em Ouro Preto, 114 tinham sido concedidos em pagamento a ex-proprietários de Belo Horizonte e os 2.158 restantes seriam postos à venda, mediante leilões.”

Quando se organiza o primeiro leilão, em 1895, dos 199 lotes oferecidos, 135 foram vendidos. A venda estava vinculada ao compromisso dos adquirentes de realizar a edificação dos prédios num prazo máximo de dois anos. Meio ano antes da inauguração, apenas 210 lotes, menos de 10% do total tinham encontrado adquirentes.

Segundo Abílio Barreto (citado por Singer, 1977: 221-22), quando da inauguração (12/12/1897) com o nome de Cidade de Minas (mudado novamente para Belo Horizonte, em

1901), contava a cidade com 500 casas (sendo 200 de servidores do Estado); 38 edifícios públicos, 04 secretarias de Estado; serviço de água não terminado; iluminação elétrica completada alguns dias antes da inauguração e uma população de 12.000 habitantes.

Paul Singer caracteriza a cidade Como sendo predonamente de atividade terciária — com função administrativa e presença mais significativa de funcionários públicos.

No entanto, achamos merecedora de reparo tal opinião. Grossi & Faria (1982:176) consideram a expressiva preocupação com a industrialização e lembram que no momento da edificação da cidade, até os anos 20, “a estrutura produtiva e ocupacional (...) comportou

um contingente operário ligado à construção civil”. Consideram, ao contrário, correta a “(...) assertiva de Singer de que a integração da economia de Minas e transformação de sua capital em polo econômico se fez mais pela intervenção consciente do Estado, pela ação livre das forças do mercado.”,

Quando da construção da cidade, a primeira providência tomada foi de ligá-la por meio de um ramal férreo à rede Central do Brasil, para facilitar o acesso do material necessário à edificação. Além de desapropriar prédios, casas e fazendas — mediante indenizações. Desapropriou-se ainda os mananciais da Fazenda do Barreiro para abastecimento d’água.

Posteriormente, vendo a administração que os terrenos da mesma fazenda poderiam, em parte, ser aproveitador para a fundação de uma colônia agrícola — criou-se um centro de pequena lavoura, para abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros para a Capital.

“Procurando dar cumprimento ao artigo 6º da Lei nº 32, o governo de Minas, através da Lei nº 150 de 20 de junho de 1896, era autorizado a fundar seis "núcleos coloniais" à margem de estradas de ferro, nos pontos julgados mais convenientes, a juízo da autoridade. Cada um dos núcleos devia constituir-se de cem casinhas, com seus lotes, e de uma escola primária mista. Era obrigatória a abertura de picadas e caminhos vicinais, para comunicarem entre si e com a estrada geral existente, como, também, mata-e água para os misteres domésticos. Somente

os imigrantes do norte da Itália, alemães e portugueses insulares, agricultores de profissão, tinham direito de fazer parte de um núcleo colonial. Exigia também o acompanhamento das respectivas famílias” (Monteiro , 1973 : 68 ).

Antes mesmo da regulamentação da Lei nº 150, já eram instalados os núcleos: “Francisco Sales”, em Pouso Alegre e “Carlos Pratos” e “Córrego da Mata”, depois designado “Américo Werneck”, nos subúrbios da Capital. Sob o regime do regulamento nº 1258, de 21/02/1899, eram instalados mais três núcleos nos subúrbios da Capital, esses receberam as denominações de “Afonso Pena”, “Bias Fortes” e “Adalberto Ferraz”. (Monteiro, 1973: 59).

Pelo decreto nº 2029, de 17 de junho de 1907, a colônia de “Vargem Grande” situada nas proximidades da capital se compunha das fazendas “Barreiro” e “Jatobá”. Com a sua fundação, propunha-se o governo a “ conseguir que os colonos, adotando os modernos processos de cultura,

demonstrassem, de novo, a excelência desses métodos, não mais oficialmente, em mãos da administração, mas empregados diretamente pelo particular, devendo, do próprio trabalho, tirar a subsistência e amortização dos débitos contraídos” (João Pinheiro da Silva. Mensagem ao Congresso Mineiro , Belo Horizonte, 1908. (Citado por Monteiro, 1973:119).

“De acordo com o disposto no decreto nº 2.027 , a partir de 1911, eram emancipadas as colônias "Américo Werneck", "Bias Fortes", "Adalberto Ferraz", "Carlos Prates" e "Afonso Pena", localizadas na área suburbana de Belo Horizonte, continuando o Estado a receber as prestações dos lotes. Mais tarde, quando se verificar a expansão da área urbana da Capital, as colônias terão suas terras valorizadas, ocasionando o enriquecimento de seus proprietários com a especulação imobiliária (...). As colônias foram totalmente absorvidas pela área urbana, constituindo novos bairros. Carlos Prates, Lagoinha , Horto, Santa Efigênia, entre

outros, resultam das antigas colônias. Quanto aos núcleos mais distantes, sua incorporação verificou-se na área suburbana.”  
(Monteiro, 1973:127-164).

Fato que não deve deixar de ser registrado é o de que a mudança e construção da nova cidade-capital se fez plenamente, a partir da fúria econômica da época, no entanto, vai ser afetada largamente, pela crise da economia cafeeira no final do século. Le Ven (1977) frisa bem que, a partir de 1896-97, o empreendimento sofre enérgico controle, visando a contenção de gastos.

É dessa época a criação do Conselho Deliberativo da Capital, formado por elementos de confiança dos detentores do aparelho estatal. É importante acrescentar que tal criação parece um tanto formal, se partirmos do raciocínio de que o cargo de prefeito é diretamente subordinado ao presidente do Estado. Le Ven fez estudos bem detalhados da origem regional, vinculação política e períodos de mandato dos diversos prefeitos, acusando mandatos de curtíssima duração. Isso nos remete ao fato de que estamos sob um estado patrimonialista em que os cargos de confiança do setor público sofrem mudanças constantes, ao sabor dos interesses do momento.

O recenseamento de 1912, acusava 87 unidades de produção no setor primário, com uma população de 1444 habitantes. Quanto ao setor secundário, contava esse com 23 unidades produtivas, empregando um total de 2.065 pessoas (Le Ven, 1977). Seria bom esclarecer que os dados sobre população e estrutura produtiva., no período, se apresentam de forma diferente nos vários trabalhos — no entanto, julgamos ínfimas as discrepâncias para o fim que utilizamos — dar uma noção geral sobre a população e sua vinculação ao processo produtivo, no período.

Baseado no censo de 1912, Le Ven (1977:100) apresenta um número de 12.033 habitantes na zona urbana, 14.842 na suburbana e 11.947 na rural, perfazendo um total de 38.822. Sendo assim, ocupam, respectivamente 32, 38 e 30% do total.

Para dar uma idéia da ocupação dessa população e, logo, uma visão mais abrangente da sociedade como um todo, apresentaremos tabela que, com base no censo de 1912, apresenta a população ativa.

## Ocupação da população ativa de Belo Horizonte – 1912

Ocupação	Nº de pessoas	% sobre o total
Exploração de solo e subsolo	1,379	13,5
Indústrias	2.765	27,0
Transportes	522	5,1
Comércio, corretagem, etc	1.050	10,2
Força Pública	761	7,4
Administração Pública e Particular	888	8,7
Profissões Liberais	440	4,3
Mal definidas	2.441	23,8
Soma	10.246	100,0

Anuário Estatístico de Belo Horizonte, Ano I, 1937, p.21-22. (citado por Singer, 1977:222).

Verificamos na tabela que funcionários públicos e membros da força pública perfazem quase 1/6 da população ativa. Considera-se também o número de pessoas empregadas na indústria que, como já dissemos anteriormente, é pouco expressivo para o que se esperava do empreendimento, mas não com relação à realidade nacional. No entanto, temos que considerar que, segundo Singer, praticamente a metade do total (1355} esta ligada à construção civil, 381 ao vestuário e toucador (que devia incluir fiação e tecelagem) e 148 no ramo do mobiliário.

Com relação à formação social, fica ainda um tanto vaga a descrição e definição, bem explícita, dos setores médios urbanos, de grande relevância a partir da função de sede



administrativa, inicialmente, era intenção nossa dedicar grande espaço neste trabalho para essa questão, no entanto, em função do tempo — fica o caminho aberto para futuras discussões.

Devem, ainda, ser registradas as presenças de associações de classe, tanto da classe dominante; quanto da despossuída, inicialmente, é notável a presença de setores anarquistas de origem italiana. Michael Le Ven produz interessan

te assertiva no sentido de que "a Itália" poderia, através da imigração, estar se desfazendo de pessoas indesejáveis.

Faz referência ainda o mesmo autor ao fato de que esses traziam seus hábitos de se reunir para discutir os problemas da classe trabalhadora. Nota, ainda, a facilidade de organização dos tipógrafos (em função quase que certamente de seu contato direto com a literatura produzida no ofício), e dos funcionários de estradas de ferro, dado à facilidade de comunicação.

Registramos o surgimento, no período, de duas associações de classe, como representantes da classe dominante: A Associação Comercial e a Associação Comercial e Industrial, sendo as duas criadas no início do século. Segundo Le Ven (1977:90), a notícia da criação da Associação Comercial de Minas pelos meios empresariais causou expressiva repercussão. De acordo com seus estatutos o presidente do Estado é sócio e Presidente Honorário. Acusa, ainda, o mesmo, que a vitória dos candidatos da Associação Comercial nas eleições, em 1902, para a Junta Comercial do Estado concorreu para a decadência da Associação Comercial e Industrial, que podia se tornar um núcleo de divisão ou de oposição, talvez, por seu caráter mais industrialista.

“Na medida em que cataliza os interesses da classe empresarial a ACM adquire conotações de grupo de pressão sobre o governo que através de barganhas procurará atender as suas reivindicações. A realização em Belo Horizonte do “Congresso Agrícola, Comercial e Industrial” no ano de 1902 sob o patrocínio da ACM e com a finalidade de estabelecer os princípios básicos da política econômica a ser sugerida ao governo é significativa para a compreensão do papel que exerce

o grupo”. (LeVen, 1977:91-92).

Torna-se necessário, agora, que fiquemos atentos à diferença de propostas de trabalho nossa e a de Ionne Grossi e Maria Auxiliadora Faria que pretendem especificamente, a caracterização da classe operária a partir do seu potencial associativo e de imposição frente ao processo político, no tocante à definição de seus interesses históricos concretos. Se fez preciso tal explicação, para que seja equacionada a opinião das mesmas – acham que, mesmo com tamanha marginalização social e política de camadas fundamentais à construção da cidade, acrescida da ausência de canais intitucionalizados para representar e/ou capitalizar os uiveis de insatisfação, deveria ter levado a fermentação do seu potencial explosivo. Concluem, no entanto, que o operariado de Belo Horizonte, incipiente tanto quanto sua industrialização, não conformou classe homogênea, opinião da qual não partilhamos.

Em seguida, as mesmas autoras acusam não ter ignorado a existência e mediação de camadas no espaço social, situadas nos limites que compõem a relação capital/trabalho. Concluem que, a convivência social interclasses não impediu a emergência de conflitos — podendo, o movimento operário da cidade, até 1920, ser caracterizado como movimento de classe. “No entanto, o paternalismo do Poder Público, a fragilidade e a inexperiência social do operariado cercearam os limites para a sua realização como força social, capaz de impor um projeto político diante das demais classes.” (Faria & Grossi, 1982:183, 198-199).

Finalizando, partilhamos, ainda, da conclusão das mesmas autoras de que houve derrota aparente dos grupos da Mata e do Sul, pois em pouco tempo Belo Horizonte oferece as condições necessárias à hegemonia política desse. “Idealizada e imposta pelo poder público, traduziu, através da sua ordenação físico-espacial e principalmente na forma de relações entre as diversas camadas da população aqui instaladas, os interesses das oligarquias detentoras do poder.” (Faria & Grossi, 1982:174).

OS DISCURSOS:

Passaremos, nesse momento, à análise dos fragmentos a que fizemos referência, anteriormente. No entanto, julgamos necessário retomar a discussão das grandes noções ideológicas que se fazem presente na formação social brasileira, no contexto histórico do final do século XIX.

Já vimos que, no geral, as idéias do momento estão voltadas, predominantemente, para um conteúdo positivista que é produzido pelos pensadores europeus, especialmente, franceses. Tendo como referencial que as sociedades européias se encontram à época em plena expansão econômica, financeira, político-militar e, ainda, cultural — o quadro é bastante esclarecedor para nos remeter à forma como tais idéias são utilizadas e se prestam, largamente, aos interesses de uma classe dominante que se espelha, para mascarar nas ações seus interesses, no contexto do desenvolvimento europeu.

A partir disso, vemos que o discurso da industrialização está sempre acompanhado de outras qualificações relativas ao progresso, à racionalização e, claro, ao desenvolvimento. Por outro lado, os princípios positivistas trazem em seu bojo uma larga lista de outras idéias que estão relacionadas à urbanidade, segurança, saúde, técnica, higiene, etc. que, para a análise do empreendimento da mudança e construção da capital de Minas, se farão presentes de forma especial.

Logo, todas as idéias de que falamos tem vínculo direto com a noção de planejamento, e que, no caso especial de Belo Horizonte, pode ser acrescido do impacto que tal fato causou para a sociedade mineira, em especial, e brasileira como um todo. Tendo como dado que, até hoje, planejamento urbano, não é uma prática comum em nossa sociedade — achamos bastante para se mensurar a ausência desta prática o mesmo impacto nos quadros da primeira república. Assim, fica fácil imaginarmos a dimensão em que tais idéias são utilizadas, para dar a impressão de que, ao planejar, técnicos e sábios estariam preocupados com o bem estar da população e não, como de fato acontece com os poderes, em dar a última palavra no tocante a definição dos locais a serem ocupados pelas classes sociais, em resumo, na redefinição do lugar social como base no espaço físico urbano.

Mas, temos claro, ainda, que tal ação ideológica mesmo que considerada eficaz, por cumprir totalmente sua função, não é bastante para que tenhamos o conjunto das idéias que permeiam a formação social. De outro lado, temos as idéias críticas que se fazem presentes, oriundas de um maior potencial crítico de grupos ou indivíduos contemporâneos e, também,

através de outras eventualidades, que no interior do próprio grupo em preendedor — a classe dominante — por interesses diversos, se critiquem com relação aos próprios projetos e, assim, interessando à nossa proposta de trabalho. Não seria insistente lembrar a formulação de Duby acerca de o homem em sociedade se constituir no fim último da pesquisa histórica - daí nossa preocupação em saber como ele encara o momento histórico que vive.

Começemos por verificar que a idéia de uma grande cidade — que conseguisse conjugar um centro de interesses criados e a criar, um local que tivesse condições de ser híbrido no • tocante a convergir as diversas regiões, assim como os diversificados interesses dos grupos econômicos do Estado - se faz presente em todo o discurso oficial da época, nas mais variadas formas de se apresentar.

Vemos, da mesma forma, que esses interesses vêm à baila travestidos de um discurso completamente floreados das idéias de desenvolvimento, industrialização, prosperidade, acompanhados dos interesses agrícolas e políticos do Estado, como se essa instituição fosse, de fato, representante de todos os grupos e como se esse aparelho estatal não estivesse, no momento, a serviço da classe dominante, que o detém.

Assim, vai sendo possível demonstrar que, em vista do material ser tão generalizante acerca do conteúdo, não houve condição de separá-lo, a partir dos diversos elementos componentes do discurso ideológico como um todo, assim como das idéias críticas. É pertinente, ainda, esclarecer que algumas partes dos fragmentos, que a princípio dão a impressão de passarem despercebidas, serão retomadas posteriormente, com base em fragmentos que digam respeito às mesmas idéias mais especificamente.

Prosseguindo, outra questão bastante importante, a nível do discurso passa pela idéia do nova capital — logo vinculada a de sede administrativa e onde se utilizou largamente das peculiaridades de cidade colonial de Ouro Preto, que, a partir de seus vínculos com a atividade mineradora, se instala junto dessa mesma, senão, ao sabor dela. As condições do local são irrelevantes (acesso, relevo, etc) tendo em vista a motivação que anima a instalação - extração aurífera."

Tal fato, já percebido por Le Ven (1977), jamais, ainda que procedam as críticas referentes ao sítio urbano, da velha capital, pode ser considerado relevante diante dos motivos reais que levariam a uma redefinição do espaço político e físico da forma como já fizemos referência.

Inicialmente, no próprio texto constitucional, no artigo 13 das disposições transitórias que decreta “a mudança da capital do Estado para um local que, oferecendo as, precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade.”(Constituição do Estado. O Estado de Minas Gerais, 25/06/1891).

Novamente, a questão é retomada na mensagem do presidente Augusto de Lima ao Congresso Constituinte, no tocante à localização da cidade. “Teve o governo de

estudar uma série de importantes problemas (...). Nenhum porém preocupou mais o espírito publico de que sois legítimas organs, nenhum mais insistentemente se impoz a meditação do governo, desde a administvação dos meus dois últimos antecessores, até hoje, de que aquelle que tem por objeto dotar o Estado de uma nova capital que seja centro de actividade intelectual, industrial e financeira o ponto de apoio para integridade de Minas Geraes, seu desenvolvimento e prosperidade pois que de tal condição, carece infelizmente a actual capital (...)” (Mensagem do Presidente Augusto de Lima ao Congresso Constituinte Mineiro em 1891. In: Annaes do Senado Mineiro. 1891, pp15 e 16. Citado por Le Ven, 1977; 21).

Tais idéias já haviam sido levantadas de forma bem explícita quando o engenheiro Ferreira Pena apresentou, em 1890, relatório que denunciava quais circunstâncias eram mais relevan'tes quando do estudo de vários locais para a construção da nova capital, observamos: “(...) tratou-se como primeira condição a atender-se da colocação da nova capital

em ponto mais central do que o atual, não tanto no sentido geométrico do termo que, a meu ver não tem grande importância, mas sim em relação a maior facilidade de comunicação com os diferentes centros de interesses criados e a criar, de forma que a resultante oferecesse a maior soma possível da vantagens aos interesses

agrícolas, industriais e políticos do Estado de Minas, considerados em seu conjunto.” (Relatório do engenheiro Ferreira Pena ao investigar diversos locais para a construção da nova capital, em 1890, Citado por Singer, 1977:216).

Como vemos, apenas em três fragmentos — a presença constante de conteúdo globalizante, no sentido de que ao mesmo tempo em que se colocam explicitamente os interesses da classe dominante, centrados em questões econômico-geográficas, assim o fazem em nome de toda a sociedade mineira, mais especificamente, através da idéia de Estado.

Outra idéia subjacente, diz respeito a preponderância, como já observou Singer (1977) a da microlocalização — ou seja, se fazem estudos técnicos a partir do relevo; das condições de abastecimento d'água; da higiene e salubridade dos locais ventilados para a nova Capital. No entanto, fica claro que a decisão passará pela reorganização do espaço físico, que resultará, em última instância, da ação das forças políticas em jogo, orientadas a partir de seus interesses econômico-regionais.

Reveladora se torna, para tal questão, a preocupação dos órgãos oficiais em propagandear, ainda em 1896, logo um ano antes da inauguração e cinco após a decisão definitiva da mudança, as justificativas para a ação, como veremos a seguir:

“Subordinado ao título – Uma capital que se muda, publica o nosso colega A Capital, de Belo Horizonte, um curioso artigo do Levant Herald, jornal de notícias completas de Ouro Preto e da fundação da Cidade de Minas acompanhadas dos maiores encômios ao grande empreendimento do povo mineiro (...)”, (O Estado de Minas Geraes. 20/05/1896. p.01).

De novo, nos chama a atenção o mesmo potencial globalizante do discurso e, como dissemos, a grande necessidade de justificção da construção que, a essa altura, toma mais um sentido auto-afirmativo da viabilidade do empreendimento, que o próprio cunho justificativo. Por outro lado, Le Ven fez referência ao fato de o Estado ter feito uso da imprensa internacional, aconselhado pelo próprio engenheiro-chefe Aarão Reis, tendo como intuito a-venda de lotes no exterior a partir da publicação, até mesmo, da planta da futura cidade.

Nesse particular, mais curioso, e ao mesmo tempo esclarecedor, se torna ver tal questão retomada com o mesmo cunho das passagens anteriores, em 1916, quando da comemoração do aniversário da capital. Isso pode ser facilmente notado, a partir do fragmento a seguir, que se refere ao fato dizendo que "se a nova

capital e o signal de nossa futura industria e commercio, a velha metrópole que definha pacientemente foi e é o padrão de nosso patrimônio colonial, pela exuberância do ouro e diamante. Se Belo Horizonte terá de ser uma das maiores e mais ricas capitães de nossa Pátria, Ouro Preto já foi o melhor, mais rico e mais admirável centro intelectual de todo o Brazil, ao findar o século de 1700." (A Faísca, 12/12/1910. p.01).

Assim, parece que temos mais uma forma e, conseqüentemente, uma amostra de como são miméticas as idéias da classe dominante, quando diz respeito a mascarar seus interesses. Mais especificamente, a ação ideológica se dá pela utilização da idéia de sede administrativa, imputando, assim, à cidade a responsabilidade de representar o Estado de Minas, enquanto capital.

Nada mais convidativo para nos remeter à grande noção ideológica de industrialização que se faz presente no caso estudado, assim como na formação social brasileira, que o fragmento a seguir. "(...) O sr conde de Santa Marinha é um dos poucos capitalistas que tem vindo trazer à nossa cidade o effizaz concurso da fortuna e actividade. A quantiosa somma por elle empregada na instalação da usina em uma localidade, como esta, onde, no geral, o minguido pecúlio do pobre vae agindo tant bien que mal, significa que o operoso industrial tem plena convicção de que Belo Horizonte há de ser um centro de actividade tanto moral, como material (...)" (O Estado de Minas Geraes. 22/07/1897. p. 03).

Seríamos extremamente exaustivos se pretendêssemos, de fato, dar uma dimensão do quanto se faz presente esse tipo de propaganda na imprensa e mesmo em todo tipo de discurso e manifestações várias de cunho oficial. Só para se ter uma

idéia do que levantamos basta prestarmos atenção aos fragmentos citados anteriormente.

De fato, a idéia de industrialização se faz presente. no período, ainda que tenhamos que equacionar os diversos interesses da classe dominante - na caracterização que fizemos. anteriormente do ponto de vista das várias atividades de que se ocupa. Mesmo assim, temos claro, a. industrialização se processou timidamente, fato notado na caracterização feita por Faria &, Grossi (1982) de que até os anos vinte do século atual a classe trabalhadora foi formada, em sua maioria, de indivíduos ligados à construção civil e à atividade extrativa, necessárias ao empreendimento.

No entanto, mesmo não tendo sido bem sucedida na incumbência, a ação ideológica se fez presente nesse sentido, como podemos ver na exposição de motivos apresentada pelo prefeito, ao apresentar projeto de decreto que regulamenta a concessão de terrenos e outros favores que, segundo ele, incentivariam a industrialização da capital. "(...) A necessidade de desenvolver os industriais incipientes

e de criar novas, impõe-se ao espírito dos que desejam o engrandecimento da Capital, e assim obedecem ao pensamento do legislador, que decretou a sua edificação, desejoso de abrir um novo centro de trabalho, onde o commercio e a industria encontrassem campo vasti para se auxiliarem numa reciprocidade de favorers que offerecesse garantias, efficazes de futuro certo e seguro." (Exposição de motivos do prefeito Bernardo Pinto Monteiro ao apresentar projeto de decretos com relação aos regulamentos sobre concessão de terrenos e fechamento de casas de: negócio, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Belo Horizonte, 1902. (publicação especial, o.03).

O fragmento é expressivo como demonstração da preocupação dos órgãos responsáveis



em promover a industrialização, afinal, como vimos, até então essa só tinha se dado em Juiz de Fora, e também de forma tímida, em função da atividade cafeeira da Zona da Mata. No entanto, não obstante ao já levantado, a industrialização de Belo Horizonte, só pode ser considerada a partir da cidade industrial, fenômeno que se dá, no mínimo, uma década depois do período que tratamos.

Claro está que a questão habitação será sempre levantada e se faz presente nesse processo, em particular, como um problema a ser solucionado, pois, para o período da construção, as descrições que se fazem e de que os barracões, para abrigar os operários da obra, eram construídos tanto em lugares específicos, como entre os palácios e prédios que eram erigidos.

O órgão oficial do Estado publica em 1912 matéria referente ao aniversário da cidade dizendo que “nestes 15 anos efectivamente a cidade vem surgindo da periphēfia para o centro em

construções valiosa, de iniciativa particular, francamente amparada pelos poderes públicos (...). Assim a nossa cidade, hoje já possuindo escolas de alto nível vem contrapor-se à idéia da corrente pessimista em relação à sua transferência (...)”. Minas Geraes, 12/12/1912, pp. 03-04. Citado por Le Ven, 1977:143).

Vemos que a idéia que o fragmento passa é a de que tudo acontece normalmente, o mesmo dá a impressão de que o crescimento do tecido urbano estar se dando da periferia para o centro estaria acontecendo plenamente como previsto. Têm-se notícia, por outro lado, de que o previsto por Aarão Reis é exatamente o contrário. “(.,.) Apenas a uma das avenidas — que

corta a zona urbana de norte a sul e que é destinada a ligação dos bairros opostos dei a largura de 50m pura. constituí-la em centro obrigado da cidade e assim, forçar a população, quando possível, a ir se desenvolvendo do centro para a periferia, como convêm a economia municipal; a manutenção da higgiene sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos technicos. (...).” (Relatório do engenheiro chefe Aarão Reis. Citado por Le Ven, 1977:25).

Esse dado se tornou importante por sabermos de antemão do caráter exageradamente

segregacionista da planta,acrescido da megalomania que parece peculiar ao empreendimento, notada na delimitação da área urbana. A forma como o problema foi tratado pelas administrações que se sucederam é esclarecedora do ponto de vista de seus planos.

“Assumpto

de igual relevância é o preço dos terrenos urbanos, ainda, alto, de modo a afugentar os que demandam a cidade para a zona suburbana, cujos lotes tem sido vendidos com facilidade, dispersando assim as construções e ampliando o centro,em cujas proporções aliás alguns enxergam um erro, não lembrando, talvez, de que são marcos da futura cidade que a Comissão assentou, convencidos, como eu, de que um dia ella atingirá a plenitude desejada. (...), É sob a inspiração destas considerações que tenho a honra de submeter à esclarecida apreciação de v. exc, o seguinte Decreto; que além de outras providências reclamadas pela experiência, converte, em zona suburbana, parte de uma área urbana, sem prejuizo da planta da cidade, que entendo dever ser mantida como se acha.”(Exposição de motivos do prefeito Bernardo Pinto Monteiro ao apresentar projeto de decretos com relação aos regulamentos sobre concessão de terrenos e fechamento de casas de negócio. Imprensa Official do Estado de Minas Geraes. Bello Horizonte, 1902. pp.04-05)

Dessa forma, a opção é clara e precisa no sentido de não se abrir mão do que está previsto na planta para a área urbana. Temos claro que haveria várias formas de se resolver a questão do vazio central da cidade, sendo uma delas,por exemplo, diminuir as exigências jurídicas para a ocupação desse, ou mesmo, amenizar os altos preços dos lotes. Se pensarmos,entretanto, que a atitude de transformar um setor da área urbana em suburbana resolveria o problema, outro fragmento irá nos dar uma dimensão maior de que o problema não estaria resolvido. Ainda, dez anos após, o mesmo problema volta à tona e se torna interessante como percepção de que se faz presente a obstinação das camadas populares em ocupar as áreas

centrais da cidade.

Expressa o prefeito que “será sempre preferível uma população menos numerosa na área urbana porém saudável e cercada de todas as garantias de higiene, habitando prédios e áreas que tenham o conjunto harmonioso e perfeito previsto pela Comissão Construtora a vermos mesmo no coração da cidade verdadeiros bairros chineses, habitat de todas as moléstias infecto-contagiosas (...)” (Relatório apresentado ao conselho deliberativo da Capital pelo prefeito Olinto dos Reis Meirelles, em setembro de 1912, referente ao exercício 1911-12. Belo Horizonte, imprensa Oficial, 1912. (publicação especial), p. 08, citado por Faria & Grossi, 1982:175).

Achamos que, a partir dos fragmentos específicos no tocante a habitação, o problema se vincula diretamente a questão da distribuição do espaço que faz emergir, mesmo posteriormente ao planejamento, soluções que se direcionam pela mesma concepção sobre o lugar a ser ocupado pelas classes sociais. Segundo Le Ven, a área que foi transformada em suburbana, do ponto de vista das condições naturais, encontra-se nas proximidades do Rio Arrudas, sendo facilmente ocupada por suas águas logo, o local escolhido para conversão e dos menos salubres da área urbana.

O mesmo Le Ven, preocupou-se em observar de que forma esse novo espaço seria ocupado e se deu conta de que as classes trabalhadoras teriam que preencher um número de requisitos que chegava às raízes de se exigir um tipo de atestado de boa conduta. No entanto, denunciou o mesmo que com todas as exigências, os mesmos operários não tiveram direito à posse efetiva do espaço - o que caracteriza as tendências gerenciais de um Estado patrimonialista, que utiliza o espaço urbano como o da própria fazenda.

Em resumo, em vista de todas as opiniões e atitudes acerca da questão, expressas pela classe dominante, em momento algum essas se afastam do previsto pelo caráter segregativo da planta inicial. Caráter esse que no relatório técnico do engenheiro chefe estava plenamente previsto, notado no trecho em que coloca que “essa zona urbana é delimitada e

separada da suburbana por uma avenida do Contorno que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que de futuro será uma das mais apreciadas belezas da nova capital. (Relatório do engenheiro chefe Aarão Reis, citado por Le Ven, 1977:25).

Emergem, naturalmente, da questão anterior, as idéias relacionadas à higiene, salubridade, estética - que ocuparam, como se esperava, lugar especial nos discursos que tratamos. Já nos referimos, anteriormente, ao fato de o discurso em muito se aproveitar das deficiências, oriundas do passado colonial da velha capital, Ouro Preto. Se para a mudança, utilizava-se de colocações comparativas, no decorrer do processo, volta-se para propagandear cada vez mais a organização estética e os cuidados higiênicos que se fazem presentes na nova capital, a partir dos serviços urbanos.

Alguns dias depois da inauguração, em 1897, publicava-se: “Vetamos convencidos,

repetimos que esta já bela cidade de se verá muito brevemente um grande Centro de atividade intelectual, comercial, industrial e artístico, não lhe faltando todo o fausto e todas as comodidades da vida moderna” (A Capital, 21/12/1897, citado por Le Ven, 1977:113).

O discurso relativo à higiene chega a cumprir sua função de tal forma que se faz sentir até a partir de fragmentos que são extraídos de órgãos da imprensa que, de início deveriam se portar como representante do operariado. Nesse caso, tem-se um exemplo claro de que o proletariado não se apercebe, naquele momento, enquanto grupo social, de que os princípios de higiene são manipulados, especialmente, no tocante as exigências jurídicas que podem ser consideradas, até certo ponto, também definidoras da delimitação segregadora do lugar social em relação ao espaço físico urbano.

Prestemos atenção ao que publica um porta-voz do operariado em 1903. “Foi o trabalho

que fez milagrosamente erguer-se em poucos anos esta grande cidade que nada tem a invejar às melhores, quer sob o ponto de vista da estética, quer da higiene (...). Foi o braço dos operários que aqui residem em sua maioria que ergue Bello Horizonte. E eles justamente se orgulham da sua obra.” (O Operário, 23/11/1903, citado por Le Ven, 1977:166).

No ano seguinte, veríamos outra alusão ao assunto quando um jornal local noticia que “a revista francesa “La nature” publica artigo do Sr Roussel também transcrito pelo “Minas” (...) vê-se que a estética e a hygiene se dão completamente as mãos em Bello Horizonte (...) (Roussel, Uma cidade modelo: Bello Horizonte. 13-14/06/1904, p,02, citado por Le Ven, 1977:137).

No entanto, em 1907, chegaríamos ao máximo da utilização desse discurso: “Bello

Horizonte, cidade edificada com rapidez e audácia yankees, dignas do nobre e enérgico povo Mineiro, (...). Estrangeiros e Brasileiros ilustres como (...) e vários outros visitantes notáveis tem vindo a jovem Capital Mineira e todos a proclamam de beleza e plano sem igual, em terra sul americana. Hygiene, polícia, arquitetura, salubridade, paisagem, arborização, estylo, ventilação, luz, espaço, tudo nela se encontra, abundantemente." (A Província, 15/05/1907, p.02).

Tem-se, nesse particular, que a ação da classe dominante através do Estado se dá, não só, em termos de propaganda ideológica, mas, também na prática. Podemos observar tal postura a partir do Decreto nº 1367 de 02/03/1900 que regulamenta a função e ação da Polícia Sanitária. Esse, além de caracterizar – lá as suas funções, é seguido de um número extraordinário de exigências de infra-estrutura, tendo como fim último a preocupação com a hygiene, salubridade e sanitarismo, no tocante a hotéis, ábricas e oficinas; habitações para operários, habitações coletivas; escolas e internatos; padarias, botequins e restaurantes; lavanderias públicas, casas de banhos; barbeiros e cabeleiros, alimentação pública; precauções imediatas contra moléstias epidêmicas e transmissíveis; vacinação e revacinação, limpeza da cidade e remoção do lixo, latrinas e mictórios publicos e, por último, cocheiras e estábulos. O número de exigências de infra-estrutura que se fazem presentes nos leva a pensar que, ou tais regulamentos não tem mesmo a intenção de serem levados a cabo, ou sua existência se deve mais a servir como instrumento da prefeitura para permitir, ou melhor, ter controle sobre quais

serviços serão prestados na cidade e por quem (em função do excesso de exigências). Isto é, todo um aparato legal pronto para ser usado na defesa dos interesses dominantes, muito mais que para ser cumprido.

Podemos relacionar, ainda, tais preocupações com a imagem de cidade-hospital que tentou-se imputar a Belo Horizonte, acrescidos do fato colocado por Le Ven de que, muito cedo, a cidade já estava bem equipada ao nível de serviços de saúde, fato que o mesmo autor notou pela presença da Santa Casa da Misericórdia e de um hospital especializado no tratamento da tuberculose.

Chamou-nos especialmente a atenção, ainda, a grande preocupação que se tem nos primeiros anos da cidade com a mendicidade. O sociólogo Michael Le Ven havia feito referência anterior ao fato, em entrevista para o “Jornal de Fato (p.09); dizendo que “um prefeito da época

queria jogar para Sabará e Caeté os mendigos- que não respeitassem a higiene da cidade, afinal, a mais bonita da América Latina”.

Posteriormente, quando da leitura da imprensa e documentos oficiais da época e que tivemos uma dimensão do quanto a discussão se fez presente. Começamos por colocar que em 1900 a prefeitura da Cidade de Minas aprovou o Decreto nº 1435 que regulamentava a mendicidade nessa capital. Só para se ter uma idéia do conteúdo desse, vemos que, após o mendigo ser autuado pela polícia, passaria por um rigoroso exame médico que comprovasse a falta de condições para o trabalho. Em caso de comprovação, tentava-se, de qualquer forma, procurar na própria cidade um parente ou pessoa que pudesse arcar com o “incômodo” e, inclusive, tentava-se procurar, exaustivamente o local de origem —para que a pessoa pudesse ser remetida a ele.

Em caso de não se conseguir por essas vias evitar o mal-estar causado pela presença desses, haveria um livro na prefeitura, para registro, logo após o mesmo estaria de posse de um número. A prefeitura forneceria uma placa que continha as inscrições do número, da designação "mendigo" e, ainda, designaria o local para se processar a mendicância. Acrescente-se a isso um número imenso de formas como os mendigos não poderiam proceder, e um “grande final”, o Artigo 14: “A infração de qualquer das disposições contidas neste regulamento sujeitará o delinquente a multa de 10\$000 a 100\$000 e a 25 dias de prisão.”(Decreto nº 1435 de 27/12/1900. imprensa

Official do Estado de Minas Geraes, 1911, (publicação especial), p, 07).

O assunto será novamente tratado, na imprensa, dessa vez alguns anos depois sob o título “Ainda a Mendicidade” “Em nossa edição de hontem noticiamos haver o sr dr chefe de

polícia officando aos senhores delegados das circunscripções desta capital, no sentido de ser cumprida fielmente, a lei municipal que prohiibe a mendicidade nas ruas. Como era de se esperar, as suas ordens estão sendo cumpridas com rigor (...).” (A Capital. 23/10/ 1913, p.01).

Vemos um ano depois que a preocupação com a aparência da cidade continua por trazer a discussão o assunto, da mesma maneira. Quem escreve, começa por dizer que a tempos atrás, as belíssimas ruas e avenidas da capital se viram livres do espetáculo da pobreza, desconforto e imundície, pela construção de um asilo que recolhia os “infelizes”. E continua por comentar que “os dias, os mezes, os annos

porem passaram-se e como acontece a toda bella iniciativa, o correr do tempo foi fazendo desaparecer o escrúpulo com que era feita a fiscalização no sentido de se removerem para o Azylo ou serem postos fora do município da Capital os desgraçados mendigos. Hoje, e como todos nos vemos, as portas das casas de commércio, às escadarias dos templos catholicos, voltam os pobres a estender a mão à caridade pública, sem que a isso ponham embargo os nossos guardas civis que, a princípio, o faziam energicamente” (A Tarde, 21/11/1914, p.02).

Achamos desnecessário tecer comentários mais específicos acerca da questão mendicidade, por levar-se em consideração o quanto está explícita a forma como a questão é encarada.. Sentimos necessidade de salientar, no entanto, a preocupação em tornar ausentes da cidade os indivíduos nessa condição e frizar, dessa forma, que não existe na cidade lugar para “não cidadãos”. Quando caracterizamos assim, se faz no sentido de que tal falta de tolerância

não diz respeito apenas aos mendigos, como caracterizados acima, mas a qualquer indivíduo que não esteja absorvido pelo processo produtivo.

Outra questão que permeou os discursos citados anteriormente e que julgamos de importância é o fato de que a mesma cidade deveria se constituir em um centro cultural. As preocupações nesse sentido estão, segundo Le Ven (1977) centradas na presença, logo cedo, de um teatro, o Sousseaux.

Por outro lado, a preocupação com a formação de uma elite pensante, ainda, segundo o mesmo, pode ser notada na presença de grande número de escolas, em todos os níveis - nos saltando aos olhos a presença de escolas superiores.

Concluindo, no tocante ao arcabouço ideológico, esperamos ter sido possível demonstrar como as idéias que perpassaram a mudança, construção e ocupação do espaço urbano na nova capital de Minas estão relacionadas diretamente as grandes noções ideológicas do período, no tocante a sociedade brasileira como um todo. Por outro lado, o fizemos especialmente com a intenção de mostrar a facilidade com que conteúdos como industrialização, higiene, segurança, progresso, cultura, educação, etc vão amalgamar ao discurso da classe dominante no sentido de, senão globalizar, mascarar seus interesses diretos no empreendimento para a sociedade como um todo.

Agora passamos às ideias críticas e se faz necessário adiantar que, em número, a partir dos espaços em que tais idéias possam ser manifestadas, ficam muito aquém do discurso da classe dominante. Cabe ressaltar que as mesmas idéias se apresentam tomadas sempre de um potencial de bom humor que nos faz pensar que esse tornará muito amena a leitura desta parte do trabalho. <sup>s</sup>

Contudo, necessário se tornou que fizéssemos uma seleção do material encontrado. Tal fato se deu condicionado ao grande número de vezes que a ação crítica se faz presente no tocante a assuntos como benefícios urbanos em geral (higiene, habitação, etc).

Começamos por apresentar um fragmento que se refere ao empreendimento da mudança da capital como um todo, assim como em alguns aspectos em particular. Esse artigo foi publicado pelo Jornal A Urtiga (Orgam Humorístico e Crítico, em



29/05/1899, à pagina 4). Vejamos:

“A mudança da capital de Minas arrastava em massa os engenheiros para o curral d’El Rey. A comissão construetora ficou logo constituída e della faziam parte o dr Camillo Álvares e o Adalberto Jardim, seu genro (...).

- Não dizia eu, minha mulher, que o rapaz fazia carreira - acabo de obter a sua nomeação para membro da nomeação para membro da comissão constructora;nella trabalhara como engenheiro de 1ª clãsse chefe de secção. E então que bella posição! (...)

No dia seguinte partia a família Álvares para o Eldorado Mineiro onde devia sertão (sic) feliz (...)

Quem porém se orgulhava com a posição de Beбето era o dr. Alvares, que sempre que se encontrava com a mulher exclamava satisfeito;

- Não dizia eu, que o rapaz podia fazer carreira. E excedeu a minha expectativa, esperava protege-lo mas nunca pensei fazê-lo engenheiro. Que academia a nossa casa, e que diploma valioso!(...)

Eis ahi o doutor...brochado.

Figura ligeiramente esboçada a pixe e cujos traços physionomicos não são perfeitos terem lhe aderido as faces em forma de bastas e negras nuissas as minhas duas.”

BROCHAS.

Como podemos ver, tem-se a ação crítica voltada para a técnica e profissionalização - colocam.era cheque a formação técnica dos profissionais da comissão construtora que pode ser acrescida de ferrenha crítica ao clientelismo - se apresentando em forma de genroísmo, Se

analisarmos que, no momento, estejamos sob um Estado patrimonialista, que, bem sabemos, tem como característica empregar não a partir da necessidade dos serviços que a pessoa pudesse oferecer, mas, adaptando a repartição aos serviços que a mesma possa fazer.

De outro lado, chega ao máximo da sutileza ao se referir ao "Eldorado Mineiro" para onde a família migraria para "sertão (sic) feliz". Achamos que, no particular, dessa forma de se criticar, a subjetividade se faz tão presente e a ação crítica se faz tão veemente que podemos deixar a interpretação ao sabor de quem toma contato com o fragmento.

Como dissemos, a fatura de material relativo a serviços urbanos é assombrosa e a crítica faz com que retomemos a questão das diferenças no tratamento por parte da administração referente às zonas urbana e suburbana da cidade. em 26/10/1912, o jornal O tempo (p.03) noticiaria sob o título Causa mal feita que “na zona suburbana a comissão constructora da

Nova Capital e a Prefeitura em nossos dias, sempre mantiveram o critério de não se fazer o nivelamento das ruas, enchendo-se as grotas e cortando as arestas dos terrenos.

Como efeito desse descaso, ali estão as ruas da zona suburbana com extensos claros, traçados em terreno onde, agora, é impossível a construção de prédios.

Ainda por essa causa, certos pontos de passagem obrigatória transformam-se em verdadeiro supplicio para os transeuntes, obrigados a saltar córregos, vallos, charcos, o diabo.”

Pouco tempo após, outro jornal (A Mutuaria, 31/01/1913 p. 01) noticiaria que “apresentaram propostas para o serviço de calçamento desta capital as seguintes firmas (...).

Problema complexo como o é, o calçamento da capital, oxalá a Prefeitura estabeleça no contracto com a firma preferida cláusulas que assegurem e acautellem os interesses das diversas zonas urbanas e não venham beneficiar tão somente a zona central, deixando para as kalendas gregas as demais.”

Preocupados em não sermos repetitivos, por demais, esclarecemos que o critério de seleção desses fragmentos se fez a partir da incidência das

críticas por época. Dessa forma, a mesma questão voltaria a tona três anos após quando publica-se que “os subúrbios pagam tantos impostos quanto a zona urbana, donde se infere mais uma falta de equidade por parte da administração no critério que adotou para a distribuição e execução de obras e serviços públicos na urbs.

As ruas da Lagoinha e da Floresta, ou dous bairros suburbanos mais povoados, em qualquer estação ostentam um aspecto verdadeiramente vergonhoso, esburacadas, cheias de poças de aguas pútridas, onde se atola na poeira ou no barro, descuidadas, intransitáveis.” (As Alterosas , 19/11/1916, p.03)

Como vemos, a diferenciação por parte da postura da administração no tocante aos benefícios nas zonas urbana e suburbana não se fez presente apenas quando do planejamento da nova capital. O caráter segregacionista que antes dizia respeito a planta continua a ter efeito nos primeiros anos da cidade. Veremos posteriormente que tal fato se dá com relação a maioria dos conteúdos ideológicos que foram explicitados através do discurso da classe dominante.

Causa espanto e ao mesmo tempo é de grande valia para nossa proposta nos efrontarmos com os mesmos tipos de reclamação para com a zona central da cidade. Para mantermos o critério de periodização que explicamos a pouco escolhemos, ainda que se faça presente também em quase todo o período, apenas um flagrante da década posterior.

O jornal “O Commercio” noticiava em 05/12/1922 (p.02) que “causa, como sempre, a peor impressao em nossa capital o estado deprimente em que se encontram certas ruas onde a immundice é completa e onde não ha a menor parcella de asseio mormente nesses os dias de chuva em que a água estagnada solta miasmas horrivelmente felidos como nas avenidas Paraná e Commercio.”

Dissemos, anteriormente, que esse tipo de manifestação da zona central da cidade causava espanto. No entanto, vem no sentido de corroborar nossa hipótese de que tal discurso ideológico, largamente utilizado pelos interesses da classe detentora do

aparelho de Estado, nem mesmo é levado a cabo no espaço urbano ocupado por esta classe. Isso revela que, em alguns momentos, podemos ultrapassar a dimensão alcançada pela assertiva de Marilena Chauí de que a classe dominante, através do discurso, passa aos dominados os seus valores. Consideramos, a partir da leitura desse processo histórico que no intuito de delimitar o lugar das classes sociais no espaço urbano a classe dominante lança mão de conteúdos que não procedem nem para sua própria vivência.

Outro fato que se fez presente no conteúdo de todos os jornais da época é o abastecimento d'água que nos pareceu um problema crucial, por longo tempo, para a cidade. O jornal "A notícia" trazia em 30/12/1913 (p.01) uma crítica ao relatório do prefeito Olynto Meirelles sobre os melhoramentos executados durante a sua administração. Diz a crítica que no mesmo relatório

“affirmam que a a municipalidade executou compras de mananciaes para o abastecimento d'agua a uma população de mais de 60 mil habitantes e, no entanto, o precioso líquido aqui ,ainda não chegou e a sua falta e patente, mormente nos Bairros mais populosos. (...) O certo, porém é que os serviços enumerados não produziram o seu effeito em bem do conforto dos habitantes da capital.”

i

Em 1914, outra vez, c dessa seguida de outras recl\_ a mações de benefícios, a questão abastecimento d'agua é relembrada pelo jornal "A Tarde" (21/11, p.02). A matéria se inti tuia "A água, a carne, a luz e os bondes: sao estes quatro ele\_ mentos que constituem a nossa

vida de centro civilizado mas que, no entretanto, entre nós, representam cousas de nenhuma importância para os responsáveis pela administração municipal. A água para o consumo. público é escassa, e não raro, falta por completo em determinadas horas do dia e da noite; (...).”

O momento máximo das reclamações no sentido da falta de atenção para com o

problema dos benefícios ditos urbanos vai acontecer dois anos após o último fragmento que vimos a pouco. Aí, o discurso toma uma ação mais direta, a partir da linguagem que, além de direta, é veemente - característica pouco comum nos discursos da época. Outra constatação digna de registro é que a cada momento fica mais difícil separarmos os conteúdos críticos a partir de fragmentos, não só pelos mesmos se apresentarem em conjunto, repetidas vezes, mas também pelo próprio inter-relacionamento dos mesmos. O que levantamos pode ser facilmente exemplificado a partir das consequências oriundas da precariedade dos serviços urbanos que estão diretamente relacionados a higiene, saúde, etc.

O flagrante de que falamos foi publicado pelo jornal “As Alterosa” (19/11/16, p.03) e se intitula “A prefeitura fakirizada”. A primeira ideia lançada caracteriza de insensibilidade fakiriana a postura que a administração vem tomando com relação ao clamor da população, pois “as zonas suburbanas da Lagoinha, da Floresta, da Colônia Carlos Prates; a

zona urbana encostada ao Barro Preto e Barroca; a Colônia Bias Fortes; o alto, que se povoou do Caracará - por todos eles a grita e geral contra a falta de água em alguns deles absolutas e contra a ausência de esgotos (...). Todos os anos as populações dos subúrbios pagam tremendo tributo de vítimas de febres de mau carácter e sofrem os horrores da proliferação das nuvens de moscas, tudo isso motivado pela falta de água potável pelo depósito nos terreiros e quintais das águas servidas pela ausência de instalações sanitárias, pelo amontoamento de lixo nos quintais e nas ruas, pelas valas existentes nas ruas e onde se depositam estagnadas, águas putrefactas onde se desenvolve a ovelha de anopheles.”

Com vista no que já expusemos acerca da dificuldade em separarmos os conteúdos por tópicos achamos cabível registrar outro tipo de manifestação com relação à higiene. Esse fragmento chamou nossa atenção por ser extremamente revelador, mais uma vez, da preocupação da administração com a aparência da cidade, e não com os serviços

propiciadores de bem estar da população.

O jornal “A Noite” (01/03/1915. p.03) noticiava que era anti-higiênica a medida tomada com relação aos cães vadios por parte da administração, pois, ”o facto dos senhores fiscaes

andarem distribuindo bolas venenosas , matando em plena rua os desgraçados cães tem o inconveniente de, mortos estes e não retirados da calçada, como quasi sempre acontece, permanecerem pelas ruas e avenidas os seus “estos mortaes” em plena putrefação e produzindo um mau cheiro insuportável...”

Alguns anos mais tarde, parece-nos que não há nenhuma mudança na atitude da administração. Para ilustrar tal assertiva, apresentamos outro fragmento que demonstra a superficialidade característica dos serviços prestados com relação ao bem estar produzido pelos mesmos, de fato, à população em geral.

Assim, o jornal “Avante” (22/06/1924. p.01) salientava que “enquanto as nossas

administrações se preocupam com a engenharia das ruas, com a architectura dos edificios e com o modelamento dos jardins públicos os processos de hygiene, a que está directamente ligada a salubridade do povo, ficam a parte,, como se fossem questões de segundo interesse. Em quasi todas as ruas, mesmo nas mais suburbanas, o theodolito do engenheiro já deixou traços de sua passagem por ali, e calçamentos se esboçam ou outro signal atesta indícios de melhoramento. Tudo isso é muito animado, mas era preciso que parallelamente a essas obras seguissem os cuidados hygiênicos; que novas redes de esgotos se construíssem, para escoamento das inntallações sanitárias que, em muitas ruas, é feito sobre o solo, à vista do publico e com enorme danno para a olfacção dos transeuntes.”

Por último, a grande preocupação com a habitação. Michael Le Ven já fez referência ao fato do jornal “O Pharol” de Juiz de Fora (órgão da classe dominante) fazer referência à nova

capital como a “Poeirópolis”. Vemos, de fato, que o mesmo jornal não poupa críticas ao empreendimento de construção da cidade. Em 12/12/1895 (citado por Le Ven, 1977:78) esse publicaria interessante artigo onde critica a administração “pela indignidade de mandar seduzir e aliciar na Europa, pobres imigrantes, milhares de operários de jornaleiros que vieram enganados tendo-lhes permitido emprego constante e bem remunerado para depois deixá-los ao abandono, ao relento, sem agasalho na miséria e sem lhes ter pagos os salários.”

Já tivemos notícia, por intermédio do trabalho de Le Ven, que, durante a construção da cidade, os operários se alojavam em barracões em locais preestabelecidos, ou mesmo, nos que se construía entre os edifícios em obras. O próximo fragmento que apresentaremos, além de denunciar a escassez de acomodações para setores menos abastados da sociedade, denuncia, por outro lado, a prática de afastar tal população cada vez mais para as arcas periféricas e, conseqüentemente, empreender a maior valorização dos espaços dessa forma.

Nesse sentido, a crítica denuncia que “O Digno Prefeito desta Capital baixou uma portaria ordenando a demolição de cafuas do Córrego do Leitão. Louvaríamos o ato do Dr. Prefeito se as cafuas fossem condenadas definitivamente, mas como no Barro Preto está se edificando uma nova cidade de cafuas, não compreendemos o motivo porque, manda-se desalojar os pobres operários com grandes danos de seus interesses. Cafuas por cafuas, podiam deixar as que já estavam.” (O Operário. 02/10/1900. Citado por Le Ven, 1977: 192).

Sob o título: Os Cortiços crescem, o jornal “A Rua” (08/01/1908. p. 01-02) transcrevia do jornal “Correio da Tarde” de Juiz de Fora:

“Notas – crescem o número de “cortiços” em Bello Horizonte, di-lo “A Rua”, reclamando contra a falta de casas para operários.

“De minirnis”, porque a preocupação não é abrigar a ralé sob um tect decente, mas alindar ainda mais os formosos palacetes onde vivem os democratas dos distintivos e dos automóveis desta praça. O pe rapado que se contente com a baiuca de madeira velha e folhas de zinco pelos barrancos, em que repousa o mal, após umas dez horas de trabalho nas officinas sem ar e sem luz, visitadas de raro em raro pelo delegdo de hygiene. O Barro Preto é o phalausterio do proletariado como, no Rio, o é o morro da Favella: quem naõ apanha uma possilga nesse flanco de montanha a contrastar com o luxo parvo de avenidas, ha de ir morar em algum dos casarões, divididos por tabiques, sob o pomposo título de “casa de comodos”. (...).

Nos parece suficiente para nossa proposta as idéias que foram levantadas. Isso porque de certa forma a intenção desse levantamento é a de tornar patente que a propaganda ideológica que norteou a mudança, construção e ocupação do espaço urbano de Belo Horizonte se fez no sentido de facilitar, através do esforço globalizante do discurso dominante, a ocultação de seus reais interesses.

Em última instância a classe dominante passa seus valores aos dominados como se esses coincidissem. Assim, seu discurso cumpre a função de esconder os reais interesses dessa no processo de construção e ocupação do espaço social urbano.

No intuito de mais uma vez fazer alusão ao bom humor que nos pareceu peculiar às idéias críticas e, ainda, propiciar uma visão geral de como esses problemas norteiam todo o período, apresentamos o seguinte flagrante:

“Sir e giu per la cittá”.



La grande Urbe, é Arciurbe Mineraria, é in commine, pur  
rendendo difficibe il cammino dei suoi cittadiniis (...)

Tutto é grande, abbiám la giola d'ingrandirei a tutto andar...

Tutto é grande, anche la noia dell'affitto da pagar!

PASSAPERTUTTO.

(LaSquilla. 11/07/1928. p. 08)

#### CONCLUSÃO:

Como vimos, as idéas positivistas que, segundo Manoel Maurício de Albuquerque, se faziam presentes na formação social brasileira na República Velha foram largamente utilizadas na idealização, construção e ocupação do espaço urbano da nova capital de Minas Gerais.

No tocante à mudança, verificamos que a determinação do local da cidade se fez em função

do embate das forças político-econômicas que atuavam na defesa de seus interesses. Por outro lado, ficou explícita a importância da participação de grupos da Zona Metalúrgica (centro) na decisão. Outro fator a ser considerado é a necessidade de que o local da nova capital constituísse um centro de convergência dos interesses criados e a criar - notado na preponderância da macrolocalização em relação à microlocalização do espaço a ser ocupado pelo novo centro urbano. Esse último fator, parecendo-nos ter ficado explícito, foi condicionado pelo dilaceramento da economia voltada à época para vários centros exteriores a Minas.

Podemos ressaltar, mais uma vez, o caráter segregativo da planta da cidade que por intermédio de altíssimas exigências jurídicas reservou exagerado espaço para a zona urbana que, em muito, dificultou sua ocupação. A partir do material histórico levantado e analisado vemos, claramente, a intenção da classe dominante em manter esse caráter da planta, mesmo posteriormente à construção. Nota-se facilmente esse particular a partir da transformação de parte da zona urbana em suburbana sem, contudo, causar prejuízo à primeira.

Nesse sentido, achamos ter conseguido levantar o arcabouço ideológico que se fez presente e demonstrar suficientemente a forma como foi utilizado pela classe dominante. Como observaram Faria & Grossi, (1982:176,183) “o caráter segregativo facilmente perceptível na planta da cidade e a retenção de lotes nas mãos de uns poucos proprietários, entre eles o próprio Estado, evidenciam o interesse das classes hegemônicas em se utilizarem da estrutura urbana como um instrumento de dominação.” Por outro lado, “a classe operária buscou nos aparatos governamentais uma válvula-reforço para satisfação de suas necessidades e submeteu-se as oscilações do ritmo de crescimento econômico feito às expensas da deterioração de suas condições de vida.”

Dessa forma, o discurso ideológico que se travestia a época de conteúdos como progresso, industrialização, técnica, cultura, educação, civilização, higiene, saúde, etc em muito facilitou a classe dominante ocultar seus reais interesses com relação à ocupação do espaço social urbano assim como a sua própria criação a partir da mudança da capital.

Com base nas idéias críticas levantadas, podemos concluir, sem sombra de dúvida, que os benefícios urbanos tão propalados não ultrapassaram a dimensão do discurso pelo menos se

tivermos como referencial os setores menos abastados da sociedade. Assim, como já observado por Le Ven, a insuficiência desses benefícios na zona suburbana em momento algum coloca em cheque a competência de um Estado que se comportou como gerente-empresário no concernente à criação e ocupação do espaço. Pelo contrário, apenas desvela, e muito bem, que esse Estado está controlado pela classe dominante e, em consequência, age de acordo com os interesses dessa classe que o detém.

## BIBLIOGRAFIA

### 1- Livros, artigos e periódicos

ALBUQUERQUE, Manoel. Maurício de. Pequena História da Formação Social Brasileira. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981, pp 430-442, 512-519.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, & PEREZ, Hector Brignoli. Os Métodos da História; Introdução aos Problemas, Métodos e Técnicas da História Demográfica, Econômica e Social. 2ª ed. Trad. João Maia. Rio de Janeiro :Edições Graal, 1979, pp. 351-354 ("Biblioteca de História", v. 5).

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. ("Coleção Pensamento Crítico" v. 48).

CHAUÍ, Marilena de Souza. O que é Ideologia. 15ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1984. ("Coleção Primeiros Passos" v. 13).

\_\_\_\_\_. Ao leito benevolente. In: \_\_\_\_\_ & Franco, Maria Sylvia de Carvalho. Ideologia e Mobilização Popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978., Pp. 19-30.

DEAN, Warren. A institucionalização durante a república velha. In: FAUSTO, Bóris (Org.). O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, pp. 252-283. (“Coleção História Geral da Civilização Brasileira”).

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

FORTI, Reginaldo (Org.). Marxismo e urbanismo capitalista. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

FARIA, Maria Auxiliadora, & GROSSI, Yonne de Souza. “A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920” In: V Seminário de Estudos Mineiros. A República Velha em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, pp.105-199.

FAUSTO, Boris. "Expansão do café e política cafeeira. In: (org). O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, pp. 195-284. ("Coleção História Geral da Civilização Brasileira", t.III, v.1).

HARVEY, David. A Justiça Social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_  
LIMA, João Heráldo. Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920), Petrópolis: Vozes, 1981.

LE VEN, Michael M. As Classes Sociais e o Poder Político na Formação Espacial de Belo Horizonte (1893-1914). Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de Ciências Políticas da UFMG. Belo Horizonte: DCP 1977. (mimeo).

\_\_\_\_\_. “1900: Polícia vigia reunião de operários anarquistas”, (entrevista). In: “De Fato” Belo Horizonte, Ano II, n° 20.

MARTINS F°, Amílcar Vianna. A Economia Política do Café com Leite. (1900-1930). Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

MARTINS, Roberto Borges. A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1980.

MONTEIRO, Norma de Góes. Imigração e colonização em Minas (1889-1930). Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. (publicação especial). 1973.

OLIVEN, Ruben George. Urbanização e Mudança Social no Brasil. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes Médias Urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris. (Org.). O Brasil Republicano. 2ª ed. São Paulo. (“Coleção História Geral da Civilização Brasileira”, t. III, v.2).

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. São Paulo, 1974, pp. 601-618.

\_\_\_\_\_. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais e o novo PRM (1889-1906). Belo Horizonte: UFMG, 1982.

SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SCHAFF, Adam. O caráter de classe do conhecimento histórico. In: \_\_ História e Verdade. São Paulo: Martins Fontes, 1978. pp. 141-185.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982. (“Coleção Contribuições em Ciências Sociais” v. 10).

SILVA, Janice Theodoro da. São Paulo: 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial. 1ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1984.

SILVA, Vera Alice Cardoso. O significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a primeira república. In: V Seminário de Estudos Mineiros. A República Velha em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. pp. 165-199.

SINGER, Paul Israel. Economia Política da Urbanização. 9ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. Belo Horizonte. IN: Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político partidário na primeira república. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). Brasil em perspectiva. São Paulo: Difel,

1968. pp. 147-162.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. As lições das vilas e cidades de Minas Gerais. In: IV Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: UFMG, 1977, pp. 197-241.

VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O Fenômeno Urbano. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1976.

WIRTH, John D. Minas e a nação. Um estudo de poder e dependência regional. In: FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1975, pp 76-79. ("Coleção História Geral da Civilização Brasileira", t.III, v.I).

## 2. Fontes\*

### 2.1 - Decretos

DECRHTO n° 1367 (02/03/1900). Regulamento da Polícia Sanitária. Cidade de Minas. Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1900. (publicação especial).

DECRETO n° 1435 (27/06/1900). Regulamento sobre Mendigos. Prefeitura da Cidade de Minas. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1911. (publicação especial).

DECRETO N° 1516 e 1517 (02/05/1902). Regulamentos sobre Concessão de Terrenos e Fechamento de Casas de Negócio. (Precedidos de uma exposição de motivos do Prefeito), Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1902. (publicação especial).

### 2.2 – Jornais\*\*

A Aurora, Belo Horizonte, 1897.

A Capital, Belo Horizonte, 1896, 1897, 1902, 1903.

Actualidade, Belo Horizonte, 1906.

A Derrocada, Ouro Preto, 1893, 1894.

A Epoca, Belo Horizonte, 1900, 1904, 1905.

A Epoca, Belo Horizonte, 1905.

A Epoca, Belo Horizonte, 1909.

A Folha, Barbacena, 1893, 1894, 1897.

A Gazeta, Belo Horizonte, 1904, 1905.

A Nota, Belo Horizonte, 1915, 1917.

A Ordem, Ouro Preto, 1889, 1890, 1891, 1892.  
 A Pátria Mineira, Sua João del Rey, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894.  
 A Propaganda, Belo Horizonte, 1901.

---

\*Todas as fontes aqui citadas podem ser encontradas no Arquivo Publico Mineiro.

\*\* Os Jornais não trazem data de fundação. Os anos relacionados dizem respeito aos exemplares lidos, que em alguns casos pode ser apenas um, estando especificados os que contem coleções de longo período.

Araldo Italiano, Belo Horizonte, 1923.  
 A Renascença, Belo Horizonte, 1914.  
 A República, Belo Horizonte, 1910.  
 A Rua, Belo Horizonte, 1907, 1908.  
 A Semana , Belo Horizonte, 1910, 1916, 1919.  
 A Semecracia, Ouro Preto, 1886.  
 A Tarde, Belo Horizonte, 1916.  
 A Urtiga, Belo Horizonte, 1899.  
 A Vanguarda, Belo Horizonte, 1906, 1909, 1913, 1917, 1919, 1924.  
 A Violeta, Belo Horizonte, 1900.  
 As Alterosas, Belo Horizonte, 1916, 1917.  
 Belo Horizonte, Belo Horizonte, 1896, 1898, 1899.  
 Belo Horizonte, Belo Horizonte, 1906.  
 Belo Horizonte, Belo Horizonte, 1905, 1906, 1915.  
 Binóculo, Belo Horizonte, 1908, s/d.  
 Correio da Noite, Ouro Preto, 1893.  
 Correio da Tarde, Belo Horizonte, 1917, 1918.  
 Diário de Minas, Belo Horizonte, 1899.  
 Diário de Minas, Belo Horizonte, 1899, 1900, 1901, 1902.  
 Diário de Minas, Belo Horizonte, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915.  
 Diário de Minas, Belo Horizonte, 1901-1902, 1911-1912, 1915-1916.  
 Diário Mineiro, Belo Horizonte, 1906.  
 Diário de Noticias, Belo Horizonte, 1922.  
 Diário de Noticias, Belo Horizonte, 1907, 1908,  
 Diário do Povo, Belo Horizonte, 1907.  
 Fieramosca, Belo Horizonte, 1916, 1920.  
 Folha Pequena, Belo Horizonte, 1904.  
 Heliauto, Belo Horizonte, 1902.  
 Jornal de Minas, Ouro Preto, 1890, 1891.

Jornal Mineiro, Ouro Preto, 1897-1899.  
 Jornal do Povo, Belo Horizonte, 189, 1900,  
 Minas Altiava, Ouro Preto, 1886-1887.  
 Minas Geraes, Belo Horizonte, 1898, 1899-1906  
 O Alfinete, Belo Horizonte, 1907,  
 O Astro, Belo Horizonte, 1906, 1910.

O Arrepiado, Belo Horizonte, 1921.  
 O Atheneu, Ouro Preto, 1894.  
 O Bogari, Belo Horizonte, 1904.  
 O Chicote, Belo Horizonte, 1916.  
 O Confederal, Belo Horizonte, 1907.  
 O Cravo, Belo Horizonte, 1906.  
 O Cysne, Ouro Preto, 1895.  
 O Democrata, Belo Horizonte, 1914.  
 O Diabinho, Ouro Preto, 1884-1889.  
 O Diário, Belo Horizonte, 1906.  
 O Diário da Manhã, Juiz de Fora, 1891.  
 O Dilúculo, Ouro Preto, 1897.  
 O Discípulo, Ouro Preto, 1897.  
 O Dom Viçoso, Belo Horizonte, 1909.  
 O Echo da Mata, Peçanha, 1901, 1902.  
 O Estado, Belo Horizonte, 1911.  
 O Estado de Minas, Belo Horizonte, 1911-1915.  
 O Estado de Minas Ceracs, Ouro Preto, 1889-1897.  
 O Japecanga, Belo Horizonte, 1918.  
 O Javary, Ouro Preto, 1896.  
 O Momento, Belo Horizonte, 1915.  
 O Movimento, Ouro Preto, 1889-1892.  
 O Operário, Belo Horizonte, 1903, 1920, 1921, 1922, 1928.  
 O Pharol, Juiz de Fora, 1870, 1887, 1890, 1901, 1902, 1912, 1925.  
 Opinião Mineira, Ouro Preto, 1894.  
 O Povo, Belo Horizonte, 1904.  
 O Prateano, S. Domingos do Prata, s/d.  
 O Preludio, Belo Horizonte, 1907.  
 O Registro, Belo Horizonte, 1897.  
 O Socialista, Ouro Preto, 1894.  
 Povo Mineiro, Belo Horizonte, 1914.  
 Quasi, Belo Horizonte, 1910.  
 Treze de Março, Ouro Preto, 1896.



União Popular, Belo Horizonte, 1910.

Violeta, Belo Horizonte, 1900.